

ICMS dos Estados resiste à 2ª onda e sobe

Alta de energia e combustível puxa resultado de janeiro a abril e arrecadação cresce 20% ante 2019

Por Marta Watanabe e Lucianne Carneiro — De São Paulo e do Rio

17/05/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Gustavo Barbosa, de Minas Gerais: resultado é “surpreendente” e está 20% acima da lei orçamentária de 2021 — Foto: Dênio Simões/Valor

Com um desempenho melhor que o esperado, a economia beneficiou a arrecadação dos Estados nos primeiros meses do ano, apesar do vácuo do auxílio emergencial de janeiro a março e da segunda onda de covid-19.

Dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) mostram que a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) consolidada de 18 Estados somou R\$ 152,2 bilhões de janeiro a abril deste ano, com avanço de 19,6% nominais em relação a igual período do ano passado e de 21,4% contra o de 2019.

Nos dois casos, a variação superou a inflação acumulada, de 6,76% pelo IPCA nos 12 meses até abril deste ano e de 9,32% considerando 24 meses. O desempenho é atribuído a aumento de preços de combustíveis e de energia elétrica, além da consolidação das compras on-line e do uso da poupança do auxílio emergencial pago até dezembro do ano passado. O efeito base também contribui, visto que em abril do ano passado a pandemia já afetava a arrecadação.

Apesar do crescimento considerado positivamente “surpreendente”, o tom da análise das Fazendas estaduais é de cautela, em razão das incertezas ainda presentes sobre o desempenho da economia no ano e da evolução da pandemia, já com receio de uma terceira onda.

O aumento da arrecadação do ICMS nos primeiros meses do ano foi generalizado. A menor alta em relação ao ano passado foi no Amazonas, onde a segunda onda da pandemia chegou antes das demais regiões do país, provocando já em janeiro colapso no sistema de saúde local, acompanhado de medidas mais severas de isolamento social.

Mesmo assim a arrecadação de ICMS amazonense cresceu 12,9% nominais no primeiro quadrimestre deste ano contra igual período de 2020. Já na comparação de janeiro a abril deste ano em relação aos mesmos meses de 2019 o menor crescimento foi de 9,2%, no Rio Grande do Norte. Os 18 Estados com dados no Confaz são Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Em São Paulo, a arrecadação de ICMS somou R\$ 56,3 bilhões no primeiro quadrimestre, com alta de 19,3% nominais em relação a igual período do ano passado e de 19,4% contra 2019, segundo dados do governo do Estado e do Confaz. A arrecadação de tributos apresenta sinais de recuperação em relação ao ano passado e ainda não foi fortemente afetada pela segunda onda de covid-19, indica a análise da Fazenda paulista.

Em Minas Gerais, a receita com o imposto somou R\$ 20,2 bilhões nos primeiros quatro meses do ano, com alta de 23,4% e de 19,7% na comparação com igual período de 2020 e 2019, respectivamente. Gustavo Barbosa, secretário de Fazenda de Minas Gerais, diz que o resultado é “surpreendente” e está 20% acima da lei orçamentária de 2021. Ele pondera que a lei foi proposta ainda num momento agudo da crise, mas que a arrecadação tem sido impulsionada pelo aumento de preços de combustíveis e de tarifas de energia elétrica. Os dois segmentos

representam cerca de 30% da arrecadação mineira de ICMS. Além disso, segundo ele, houve mudanças nos hábitos de consumo, com maior representatividade de compras on-line.

A expectativa é que a arrecadação de ICMS feche este ano de 10% a 12% acima da previsão orçamentária, com possibilidade de chegar a 15%, diz Barbosa. Ele ressalta, porém, que o ambiente é de muita incerteza em relação à pandemia e ao crescimento da atividade econômica no ano.

Rogelio Pegoretti, secretário de Fazenda do Espírito Santo, tem análise semelhante. Apesar dos bons resultados até agora e da expectativa de que no curto prazo a arrecadação ainda se mantenha acima do nível inicialmente esperado, há “preocupação e cautela”.

“Há ainda dois terços do ano para serem cumpridos, além de informações sobre a possibilidade de uma terceira onda da pandemia e também de dificuldades na produção de vacinas.” Segundo ele, o Estado deve manter a contenção de despesas. De janeiro a abril a receita de ICMS capixaba somou R\$ 4,63 bilhões, o que representa alta de 20% contra iguais meses de 2020 e de 24% ante 2019. O avanço, aponta Pegoretti, foi puxada pelo aumento de base de contribuintes no comércio atacadista, além de combustíveis, energia elétrica e comércio on-line.

No primeiro quadrimestre de 2020, a receita de ICMS da Bahia subiu 2,9% na comparação interanual, 0,5 ponto percentual acima da inflação em 12 meses até abril. Neste ano a arrecadação com o imposto cresceu 20,9% em relação a 2020, ainda considerando de janeiro a abril. Contra 2019, a alta foi de 24,4%. Apesar da alta, a Fazenda baiana diz que o crescimento da arrecadação em 2021 “não pode ser comemorado nem considerado ideal”, tendo em vista o fraco desempenho dos anos anteriores e o ambiente econômico ainda muito instável no país.

Em Alagoas a poupança do auxílio emergencial ajudou a puxar as receitas de ICMS, principalmente no comércio de construção civil e alimentação, diz George Santoro, secretário de Fazenda do Estado. Além disso, a modernização de sistemas de arrecadação e o retorno da atividade da Braskem no Estado também contribuíram para uma alta de 23,3% na receita de ICMS do primeiro quadrimestre, na comparação interanual.

No Rio de Janeiro a receita com arrecadação do ICMS chegou a R\$ 2,47 bilhões em abril de 2021, em termos reais, alta de 44,7% frente a igual mês de 2020. Na comparação com abril de 2019, a expansão foi de 19%. A Fazenda fluminense explicou que a alta de abril contou com o efeito da pandemia em abril de 2020, além de uma receita extraordinária de R\$ 800 milhões decorrente de parcelamento especial em abril de 2021.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LI

S

is dentes.

D

LI

T

: dentes.

D

Video from our partners

BROUGHT TO YOU BY TABOOLA

C

LI

¡Invierta sólo 250 euros en Bitcoin y obtenga un ingreso mensual!

INVEST IN CRYPTO

LINK PATROCINADO

SUV Citroën C5 Aircross Hybrid

CITROËN

LINK PATROCINADO

Una inversión en Santander podría darte un salario extra

T1MARKETS

Conteúdo Publicitário

Bolsonaro chama Lula de 'bandido de 9 dedos' que pretende vencer eleições 'na fraude'

VALOR INVESTE

Itaú é o único banco que aumentou a taxa de empréstimo pessoal em maio, diz Procon

Carta de Serviços da Sefaz-Ba tem 144 itens e dispensa atendimento presencial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em tempos de pandemia, todos os passos necessários para acesso a 144 serviços prestados pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) sem necessidade de comparecimento do usuário a unidades de atendimento presencial estão disponíveis no endereço www.sefaz.ba.gov.br. Para encontrar o que precisa, basta ao usuário clicar no banner Carta de Serviços, no alto da página: as opções estão listadas em ordem alfabética, mas também é possível digitar palavras-chave para fazer a busca.

Antes de clicar para chegar à página de solicitação do serviço, o usuário é apresentado às informações necessárias, incluindo documentos requeridos, orientações sobre como fazer o pedido e a incidência ou não de taxas a serem pagas, o tempo médio para conclusão do atendimento e a base legal que ampara o direito em questão.

A Carta de Serviços foi totalmente redesenhada e ganhou novos recursos tecnológicos para dar total autonomia ao usuário e evitar que ele precise entrar em contato com os demais canais de atendimento da Secretaria, a exemplo do Fale Conosco e do call center 0800 071 0071.

Sefaz 100% Digital

A medida é parte do programa Sefaz 100% Digital, que reúne ações de desburocratização e migração de procedimentos para o ambiente digital. Recentemente, o Sefaz 100% digital tornou possível ao usuário acessar e requerer inteiramente on-line 36 novos serviços prestados pela Sefaz-Ba que ainda não estavam online: solicitações para 20 tipos de credenciamento, 14 autorizações, uma consulta formal e um requerimento.

'Em breve, todos os serviços da Sefaz serão digitais. O contribuinte fará sua solicitação via web no nosso site, escolhendo o serviço desejado, e poderá acompanhar todo o andamento do processo até o seu término consultando nossa página', explica o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitorio**. Com o Sefaz 100% Digital, explica, a nova Carta de Serviços ao Cidadão torna-se o principal instrumento de acesso aos serviços prestados pelo **fisco** baiano.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, cita entre os procedimentos novos implantados no âmbito do Sefaz 100% Digital os processos de avaliação de bens para o

pagamento do **ITD** (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) que passaram a utilizar exclusivamente o SEI-Bahia, ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do **Governo do Estado**.

Porta de entrada

A Carta de Serviço, explica Félix, é a porta de entrada para o contribuinte ter acesso aos serviços digitais. 'Na Carta de Serviços estão disponibilizados os documentos necessários, a legislação, o como fazer, os prazos e os links para o acesso digital ao serviço desejado', detalha.

De acordo com o superintendente, tornar os procedimentos 100% digitais requer a utilização de ferramentas eletrônicas disponíveis no Estado, como o CPT Web, que já é parte do dia a dia do **fisco**, e ainda o módulo de peticionamento do SEI-Bahia e o **SAC Digital**, estes últimos sob responsabilidade da **Secretaria da Administração** (Saeb). Em outra vertente, explica Félix, também deverão ser necessárias alterações na legislação com o objetivo de simplificar procedimentos.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - SAEB, SAC Digital, Secretaria da Administração | SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, FISCO, ITD

LDO: Estado da Bahia prevê arrecadar R\$ 50 bilhões em 2022



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Vice-governador João Leão entrega projeto da **LDO** ao presidente da **Alba**, Adolfo Menezes | Foto: Carlos Amilton Oliveira/**Alba**

O **governo da Bahia** enviou à Assembleia Legislativa (**Alba**), o Projeto de **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**, que estabelece as metas e prioridades da gestão baiana para 2022.

O documento foi entregue ontem, 13, ao Legislativo estadual pelo **vice-governador** e secretário do Planejamento do Estado, **João Leão**.

Estão previstos para o próximo ano uma receita de R\$ 50,7 bilhões. Em 2020, a **arrecadação** fechou em R\$ 51,1 bilhões e, para 2021, estão previstas receitas da ordem de R\$ 50,2 bilhões.

Já as prioridades do Poder Executivo para 2022, o governo destaca as áreas de Educação, Saúde, Desenvolvimento Rural, Trabalho, Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais.

Na mensagem enviada ao Parlamento baiano, o governador **Rui Costa** (PT) cita o aumento nas demandas por políticas públicas como forma de amenizar os efeitos da pandemia no estado, o que impõe a administração estadual 'um maior desafio na manutenção do **equilíbrio fiscal**'.

'No Brasil, o lento processo de vacinação - em decorrência da baixa disponibilidade de novas doses de imunizantes e de insumos para a produção interna - e a dificuldade na manutenção do isolamento social, além de outras medidas sanitárias, comprometem a recuperação econômica', afirma o líder baiano.

O secretário **João Leão** defendeu no encontro com o presidente do Legislativo, deputado Adolfo Menezes (PSD), que a expectativa é uma forte contribuição do setor agropecuário na atividade econômica do estado. 'Esperamos uma safra recorde de grãos impulsionada pela demanda crescente por alimentos, aliada à expectativa de preços mais competitivos no mercado externo', defende.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - João Leão, Vice-governador | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - ALBA, Rui Costa | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Lei de Diretrizes Orçamentárias, João Leão | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da

Bahia - Vacina | SEFAZ - Secretaria da Fazenda -
Arrecadação, Equilíbrio Fiscal



PLANO DE ORÇAMENTO ESTADUAL PREVÊ 2,3% CRESCIMENTO DO PIB DA BAHIA PARA 2022



14 Maio, 2021

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê em R\$ 50,7 bilhões a receita do Estado da Bahia para o ano de 2022, enquanto a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), para o mesmo período, é de 2,3%, em torno da média esperada para o PIB Nacional. A proposição foi imediatamente despachada para publicação no Diário Oficial e para as comissões técnicas – Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento.

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria estadual do Planejamento, será de grande relevância para a recuperação da economia baiana – e, conseqüentemente, para a própria arrecadação de tributos – o nível de investimentos em 2022. Para tanto, o órgão anota que fatores como a cotação do dólar, os incentivos fiscais e a política de financiamento são motrizes na manutenção dos investimentos no Estado, principalmente por parte dos investidores estrangeiros.

“Nesse contexto, os investimentos públicos, privados ou a partir de **Parcerias Público-Privadas (PPP)** ou mesmo as concessões públicas, são imprescindíveis para a manutenção e alavancagem dos projetos de mobilidade urbana, infraestrutura de logística, energia, comunicação e construção civil”, registra a SEI.

Entre as prioridades do Executivo, apontadas na peça orçamentária, destacam-se a vigilância e atenção à saúde de forma regionalizada, o acesso e permanência dos estudantes no sistema de ensino, bem como a inclusão ao mundo do trabalho e apoio ao acesso a crédito para micro e pequenos empreendimentos.

Há ainda a assistência social (proteção social) e segurança alimentar e nutricional, em especial nas populações em situação de vulnerabilidade; o uso de tecnologias e policiamento de base comunitária para a prevenção e enfrentamento à violência; além da promoção do acesso à água e cobertura de esgotamento sanitário, em especial no meio rural, e a prevenção aos desastres ambientais e sanitários com foco na contenção de encostas.

PLDO

O PLDO é a segunda matéria em importância entre as que são apreciadas anualmente pela Casa, atrás apenas do Orçamento (PLOA). Ambas têm prazo fixado pela Constituição do Estado para serem aprovadas – o final do período legislativo: 30 de junho para a LDO e 30 de dezembro para a LOA.

A LDO estabelece as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício de 2022, compreendendo: a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações; as disposições referentes às transferências voluntárias aos municípios e ao setor privado; as disposições sobre alterações na legislação tributária estadual e medidas para o incremento da receita e a política de aplicação de recursos da agência financeira estadual de fomento.

Veículo: Bahia.BA	
Data: 15 a 17.05.2021	Caderno: Economia

Estado credita nova parcela do vale-alimentação estudantil nesta sexta-feira (14)

Benefício é destinado para todos os estudantes regularmente matriculados na rede estadual de ensino

O Governo do Estado creditará mais uma parcela do vale-alimentação estudantil, nesta sexta-feira (14), para todos os estudantes regularmente matriculados na rede estadual de ensino. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa nesta quinta-feira (13). O novo crédito será de R\$ 48 milhões, totalizando R\$ 270 milhões já investidos pelo Estado até agora, com recursos próprios, neste programa.

“Este é o sexto crédito destinado à segurança alimentar dos estudantes neste período de pandemia do novo Coronavírus. Com o processo de matrícula, os novos alunos que vieram de outras redes de ensino também são beneficiados com o vale-alimentação”, disse Rui.

O secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, lembra que o Vale-alimentação Estudantil (PVAE) foi a primeira das quatro ações do Governo da Bahia lançadas no âmbito do Programa Estado Solidário, em benefício dos estudantes da rede estadual de ensino, que já estão participando do ensino 100% remoto, desde o dia 15 de março.

“Com o PVAE, cada estudante da rede estadual recebe 55 reais de crédito, por parcela, independentemente do número de estudantes por família. Somado ao PVAE, temos ainda o Bolsa Presença, que destina 150 reais, mensalmente, por família de estudante matriculado na rede cadastrada no CadÚnico e em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Temos também o programa de Monitoria Mais Estudo, que destina bolsa mensal de 100 reais, por monitor, e a oferta de cursos de qualificação profissional, pelo Programa Educar

para Trabalhar. Portanto, é um conjunto de políticas públicas que alia assistência econômica aos estudantes, mas que visa, sobretudo, contribuir para o vínculo com a escola e a aprendizagem”, afirmou.

O vale-alimentação é usado exclusivamente para a compra de alimentos, como feijão, arroz, macarrão, ovos, carne e leite, sendo de livre escolha do estudante. Os alimentos podem ser comprados com o cartão Alelo em mais de 20 mil estabelecimentos credenciados nos 417 municípios baianos, além de distritos e povoados, movimentando, também, a economia do Estado.

O superintendente de Planejamento Operacional da Rede Escolar, Manoel Calazans, explicou sobre a entrega dos cartões para os alunos novos. “A partir da próxima segunda-feira (17), os estudantes novos devem entrar em contato com a unidade escolar para agendar a retirada dos cartões, que, por questão de segurança, seguem sem crédito até que os estudantes novos retirem nas respectivas escolas”, ressaltou.

Em caso de dúvida sobre o vale-alimentação, o estudante deve entrar em contato com a escola onde está matriculado ou pelos canais da Ouvidoria (0800 284 0011 e e-mail ouvidoria@educacao.ba.gov). Outras opções são as contas do Facebook ([@ouvidoriageraldabahia](https://www.facebook.com/ouvidoriageraldabahia)) e do Instagram ([@ouvidoriageralbahia](https://www.instagram.com/ouvidoriageralbahia)) da Ouvidoria Geral do Estado, que passaram a ser usadas para otimizar esta prestação de serviços aos estudantes, professores, servidores e sociedade de um modo em geral

ECONOMIA & NEGÓCIOS

INTERNET Leia mais sobre finanças no Portal A TARDE

www.atarde.com.br/economia

economia@grupatarde.com.br

FINANÇAS Expansão de 2020 vem se mantendo no 1º trimestre de 2021

Pandemia eleva em 11% a busca por seguro de vida

MARCELO AZEVEDO*

Em meio às incertezas trazidas pela pandemia, a demanda dos brasileiros pela contratação de seguros de vida vem aumentando. De acordo com a Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia que reúne dados do setor, a receita da venda de seguros de vida no país aumentou em 11,3% no ano passado, sendo a maior alta do segmento de seguros de pessoas. O crescimento se mantém neste ano, com o primeiro trimestre de 2021 registrando alta de 14,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

“A pandemia causou maior preocupação nas pessoas. Agora, elas pensam: ‘posso adoecer a qualquer momento, como vou ficar?’ Por isso, temos percebido esse avanço na procura por seguros de vida”, explica a economista e educadora financeira Juliana Barbosa.

O presidente do Sindicato dos Corretores de Seguro da Bahia (SincorBA), Wandererson Nascimento, afirma que, além da pandemia, a modernização dos seguros de vida também contribuiu para o crescimento das contratações, já que os produtos estão atendendo a cada vez mais necessidades. “Há seguros que oferecem auxílio por invalidez, resgate de parte do valor caso não haja utilização e até assistência para animais domésticos”, diz.

A ampliação das funções também é apontada por Karina Massimoto, superintendente de seguros de vida da seguradora Brasilseg, empresa que registrou crescimento de 15% em sua receita gerada pelo segmento. Ela conta que houve uma renovação dos produtos no ano passado, focando na melhora da qualidade de vida dos clientes. As opções envolvem coberturas para doenças graves, orientações psicológicas e nutricionais, consultas médicas, mapeamento genético, entre outras.

“Acreditamos que o crescimento se deu por essa mudança em nossos produtos, olhando a vida como o principal patrimônio. Focamos em como poderíamos ajudar nossos clientes a viver mais e melhor”, afirma Karina.

“Ter um seguro e nunca precisar sempre será melhor do que precisar e não ter”

ANTÔNIO CARVALHO, consultor

Rafael Martins / Ag. A TARDE / 15.10.2020



Além disso, a Brasilseg constatou um aumento de 205% na venda de seguros para pessoas entre 18 e 20 anos em janeiro deste ano na comparação ao mesmo período do ano passado, apontando crescimento na demanda do público mais jovem. “Hoje vemos muitos jovens financeiramente independentes e que ajudam os familiares. Possíveis acidentes ou doenças podem afetar aquela família, e vejo uma consciência maior nesse sentido”, explica Karina.

O ano também foi favorável para novos negócios. Vendendo potencial no mercado e interesse dos clientes, o banco digital Nubank decidiu entrar no setor, lançando em dezembro de 2020 o Nubank Vida. Eles oferecem a contratação de seguros de vida de forma 100% digital e com preço médio inicial a partir de R\$ 9,00. Em três meses, o banco chegou a registrar mais de 100 mil contratos ativos.

“O cenário de pandemia do novo coronavírus pode ter potencializado a busca por esse tipo de segurança. Entendemos que esse movimento de alta procura, contudo, irá se sustentar no longo prazo a partir da experiência do cliente e na acessibilidade a este serviço”, diz o Nubank.

15% dos brasileiros

O consultor imobiliário Antonio Caria, 45, é um dos que



CARAPIÁ

acreditam nas vantagens do seguro de vida. Caria, pai de três filhos, possui dois seguros diferentes, um para invalidez e outro para doenças, mas hoje está à procura de uma opção que ofereça todos os benefícios no mesmo produto. “Meu maior intuito é, em caso de invalidez, deixar a minha família bem. A gente nunca sabe o dia de amanhã, e quero deixar meus filhos bem estruturados”, diz ele.

Mesmo oferecendo benefícios, o seguro de vida ainda não é um produto popularizado no Brasil. Uma pesquisa realizada em 2019 pela seguradora independente Prudential do Brasil, em parceria com o Ibope, aponta

que apenas 15% dos brasileiros possuem seguros do tipo.

Apesar disso, especialistas em finanças afirmam que um seguro de vida é essencial. “Muitas pessoas imaginam apenas casos de morte, mas o seguro de vida deve fazer parte do planejamento financeiro. Estar protegido contra imprevistos é fundamental para ter finanças organizadas”, afirma Juliana Barbosa.

Um dos empecilhos para a contratação pode ser o custo, já que muitos consideram o seguro de vida um gasto desnecessário. Mas o consultor financeiro Antônio Carvalho argumenta o contrário. “A ideia de morte ou de in-

validez não costuma passar pela nossa cabeça, mas isso não impede que imprevistos ocorram. Apesar da sensação de perda de dinheiro, ter um seguro e nunca precisar sempre será melhor do que precisar e não ter.”

Carvalho afirma, ainda, que o valor recebido ao acionar os seguros compensam os custos e são mais vantajosos que aplicações financeiras ou poupanças. Já Juliana lembra que, quanto mais cedo o seguro for feito, menos se pagará por ele, já que os riscos serão menores.

Outro ponto destacado é a variedade do mercado. “Existem opções mais populares, com preços acessíveis e que dão benefícios como a

realização de consultas e exames para quem não tem condições de pagar uma assistência médica. As coberturas variam para cada tipo de bolso”, diz Juliana.

Wandererson Nascimento, do SincorBA, reforça que adquirir seguros de vida não é algo complexo ou caro, principalmente levando em conta outras contratações do tipo. “Fala-se muito em seguros de carros, celulares e outros bens materiais. Já o seguro de vida é algo mais raro de aparecer, mas é preciso lembrar que ele não é só para você, mas também para quem você ama”, diz.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

As mídias sociais e a demissão por justa causa



Valtom Pessoa

Mestre e Doutor em Direito do Trabalho pela PUC/SP, sócio do escritório Pessoa e Pessoa Advogados e professor da Faculdade Baiana de Direito valtom@pessoaepeessoa.com.br

Posso punir um empregado que publicou notícias falsas contra minha empresa no Instagram? ANÔNIMO

Resposta: Sim. É possível que o empregador, a depender do teor da mensagem publicada

e, no exercício regular do seu poder disciplinar, aplique sanções previstas em lei ao empregado, que pode ser: (i) advertência, (ii) suspensão ou (iii) justa causa.

A aplicação da penalidade deve ser proporcional à falta cometida pelo empregado e em regra exige-se a observância de uma graduação, já que a advertência e a suspensão, a depender do contexto, cumprem seu papel pedagógico e punitivo, sem a necessidade de rompimento contratual altamente prejudicial ao trabalhador, que ficará privado, por exemplo,

de sacar seu FGTS e receber seu seguro desemprego.

Mas, a depender da gravidade da mensagem exposta será possível aplicar imediatamente a justa causa, que está regulamentada no art. 482 da CLT (alíneas “a” a “m”), o qual elenca as hipóteses taxativas que possibilitam a aplicação desta modalidade de rescisão do contrato de trabalho pelo empregador.

E, dentre as hipóteses de justa causa, apresenta-se o ato lesivo da honra do empregador. Sendo assim, o comportamento do empregado que publica mensagens

vexatórias contra a empresa, expondo-a de forma difamatória nas redes sociais, pode ser, sim, tipificado dessa maneira, já que esta falta consiste em toda manifestação ou ação praticada pelo empregado, através de palavras (verbais ou escritas) ou ges-

A aplicação da penalidade deve ser proporcional à falta cometida

tos, que cause prejuízo ou ofensa ao empregador ou superior hierárquico.

Além disso, é possível enquadrar o comportamento do empregado como mau procedimento, o qual consiste no ato de infringir o dever social de boa conduta e das regras de polidez, respeito, paciência e educação.

Assim, o trabalhador que compartilhar, em redes sociais, conteúdo vexatório sobre o empregador, que ofenda sua honra, imagem ou reputação, poderá sofrer punição, inclusive a Justa Causa, como reconheceu o Juiz

do Trabalho do TRT da 10ª Região no julgamento do processo

n. 0001257-86.2015.5.10.0016, quando considerou “evidenciada a prática de ato lesivo da honra do empregador, o qual foi vítima de uma exposição difamatória em rede social de grande expressão, com elevado potencial de propagação, atitude que, em virtude de sua gravidade, mostrou-se suficiente para a quebra definitiva da fidedignidade necessária à manutenção do vínculo de emprego”

COLABOROU LETÍCIA PESSOA

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

#arrastapracima - Brasil segue o agronegócio

O Instituto Millenium, uma entidade sem fins lucrativos e vínculos político-partidários, fez uma análise do setor do agronegócio e revelou que o segmento vem ganhando cada vez mais espaço na economia brasileira, mesmo com a queda de 4,6% no PIB de 2020.

Em termos nominais, atingimos R\$ 7,4 trilhões (em dólar, US\$ 1,4 trilhões). E a soma do PIB da agropecuária foi o único em alta no ano passado, com 2%, enquanto a indústria caiu - 3,5% e os serviços, - 4,5%.

O montante do agronegócio em 2020 foi de R\$ 1,97 trilhão, significando 24,31% do PIB do País, praticamente 25% da economia.

De fato, o estudo do Instituto Millenium ressalta a inovação, a tecnologia. E, da mesma forma, mostra que a indústria parte das cadeias produtivas do agro conseguiram superar positivamente o ano, como nos alimentos (4,2%), o fumo (10,1%), papel e celulose (1,3%) e, ainda, petróleo e biocombustíveis, muito ligados ao agro, crescendo 4,4%. A agropecuária, isoladamente, representa 5,9%

do PIB. E o agronegócio acumulado nas cadeias produtivas, cerca de 25% do PIB.

A conclusão do Instituto Millenium é óbvia, mostrando que, se não fosse o impacto positivo da agropecuária e o reflexo nos setores industriais, comerciais e de serviços, nós estaríamos em um buraco econômico insustentável.

O estudo mostra os percentuais de participação de cada segmento do agronegócio, no antes, dentro e pós-porteira das fazendas. O antes, insumos, soma 4%; o dentro, a agropecuária propriamente

dita, 26,2%; o pós-porteira das fazendas tem na indústria 24,2%, nos serviços, 45,6%, o que dá a soma dos 100%, atingindo 24,31% do total do PIB.

Em síntese, o estudo é profundo e bem feito e merece ser lido

Desta forma, fica evidente que o dentro da porteira, 26,2% do PIB do agronegócio, impulsiona e é impulsionado por 73,8% do conjunto industrial e de serviços. Este macro setor vendeu ao exterior US\$ 100,8 bilhões em 2020, crescendo 4,3% sobre o ano anterior.

Em síntese, o estudo é profundo e bem feito e merece ser lido (www.institutomillenium.org.br). Então, entre 2000 e 2020, enquanto o PIB do País crescia 53,8% em 20 anos, a agropecuária quase dobrou esse percentual, crescendo 102,8%.

A conclusão poderia ser que, sem a agropecuária, estaríamos insustentáveis em todos os sentidos, mas sem o crescimento dos demais setores não conseguiremos crescer o PIB para dimensões aceitáveis e necessárias para uma nação como o Brasil, onde até 2030 precisaríamos dobrar de tamanho. Sem dúvida, planejamento estratégico é fundamental para a saída ao futuro. O agronegócio inspira, é grande parte da solução. Mas precisamos do País todo em ação: #arrastapracima Brasil, segue o agronegócio!

FÁBIO BITTENCOURT

AGRICULTURA Entre Bahia e Pernambuco, a região é um dos principais polos frutícolas nacionais

Vale de São Francisco responde por 86% da exportação de manga do País

Das quase 220 mil toneladas de manga exportadas pelo Brasil em 2020, 86% foram produzidas no Vale do São Francisco. Um mercado de US\$ 218,3 milhões, que cresce ano após ano. Essa é a maior alta em 20 anos.

A região, compreendida entre Bahia e Pernambuco, é um dos principais polos frutícolas do País, cultivando também uva, goiaba e coco. Manga é o carro-chefe. Uva vem logo atrás.

O Vale embarcou no ano passado 48,5 mil toneladas da fruta, ou US\$ 103,3 milhões. O total de uva exportado por todos os outros estados brasileiros foi de apenas 672 t (US\$ 1,8 milhão), a título de comparação.

Os dados são da Valexport, entidade que reúne 37 associados, entre produtores rurais e cooperativas. A Bahia detém a hegemonia na produção de manga. Pernambuco, da uva, diz o diretor Tássio Lustoza.

Os municípios baianos que mais produzem manga são Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova e Curaçá. A área cultivada é estimada em 35 mil hectares – podendo chegar a 50 mil ha.

As principais espécies são Tommy, Palmer, Kent, Haden, Keit; e os países compradores, Holanda, Estados Unidos, Espanha, Reino Unido e Portugal e Canadá.

Em Pernambuco, a produção de uva é forte em Petrolina, Lagoa Grande, Belém do São Francisco, Santa Maria da Boa Vista e Cabrobó, que comercializam grande parte com a Holanda, Reino Unido, EUA, Alemanha e Argentina.

Lustoza explica que não consegue mais precisar a área plantada e produção de toda a região porque há um crescimento “desordenado” no setor, com a entrada de novos produtores de olho nos bons resultados.

Ele conta que, apesar da queda do preço da manga no mercado internacional, devido ao aumento da demanda global, e a concorrência com outros países, a cotação atual do dólar ainda favorece os negócios.

E ressalta, porém, que o dólar alto também encarece alguns insumos, como agrotóxicos.

“O crescimento (das exportações) se dá também pelo crescimento das áreas produtoras. Muita gente entrou. Tem médico que, vendo o resultado, resolveu investir em um hectare”, afirma o diretor-executivo.



Valexport / Divulgação



Valexport / Divulgação

Lustoza conta que cotação do dólar favorece as vendas



Adab / Divulgação

Rita diz que pequeno produtor requer mais atenção

Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova e Curaçá são os municípios baianos que mais produzem manga

Principais países compradores de manga são Holanda, EUA, Espanha, Reino Unido, Canadá e Portugal

Os fatores de sucesso da região são pouca chuva, sol o ano inteiro, oferta de mão de obra, e o Rio São Francisco. 100% das lavouras lá são irrigadas com as águas do “Velho Chico”, obra do governo federal, que através da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codesa), há cerca de 40 anos, diz Lustoza, implantou os chamados “perímetros públicos irrigados”.

“São grandes condomínios de lotes, com canais de irrigação. Tudo é irrigado. Se planta e se colhe na hora certa. E com o plantio escalonado por áreas, tem-se a produção em todos os estágios, e você pode programar para colher todo mês. Diferente do sul, a exemplo de São Paulo, segundo maior produtor, que só tem uma safra por ano. Aqui são em média 2,5 safras por ano”, fala o diretor da Valexport.

Segundo a coordenadora do Programa de Certificação

de Moscas das Frutas na Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), Rita Oliveira, o pequeno produtor querendo exportar precisa procurar um dos escritórios da instituição, se credenciar na estratégia de mitigação de risco, e realizar o controle e monitoramento da praga, principal entrave para a comercialização da manga no exterior.

Há também o registro do pomar feito pelo Ministério da Agricultura. Rita confirma o crescimento do número de propriedades e diz que seria necessário “um novo censo”.

“Toda essa cadeia é controlada, rastreada. Os pequenos produtores precisam de uma atenção maior. A Adab vai nas propriedades, visita os perímetros irrigados. Há cerca de dois meses, trabalhamos com 528 produtores de Maniçoba, distrito de Juazeiro. Apesar da pandemia, a fiscalização nunca parou”, diz a fiscal.

Maria é CEO da empresa Essence Branding



LUÍSA CARVALHO*

É crescente a percepção de que os negócios precisam andar junto ao desenvolvimento social e ambiental para um sistema econômico mais inclusivo. Há empreendedores que já sabem disso e vêm gerando empresas que visam não só ao lucro, mas também dão grande importância ao impacto social: são as empresas B. Focadas em boas práticas de governança e em modelos de gestão menos rígidos, elas estão passando pela pandemia com menores dificuldades.

O Movimento de Empresas B surgiu nos Estados Unidos, em 2006, e foi trazido para o Brasil em 2013. O sistema, que foca em benefícios, é uma comunidade de líderes globais com o objetivo de que seus negócios não sejam os melhores do mundo, mas os melhores para o mundo.

Para fazer parte deste grupo, as empresas são examinadas através de uma avaliação de impacto. A certificação analisa sua governança e a sua relação com trabalhadores, clientes, comunidade e meio ambiente. “Buscamos entender como o negócio gera um impacto positivo”, descreve Francine Lemos, diretora-executiva do sistema B no Brasil.

O êxito no processo avaliativo garante às empresas o selo B. A cada três anos a certificação é realizada para acompanhar o seu desempenho. O movimento cresceu bastante em pouco tempo no país. Já são mais de 200 empresas com o selo B, uma delas é a Natura, maior empresa do mundo a fazer parte do sistema.

Na Bahia, apenas seis empresas recebem a certificação (BomConsortio, Sanar, Essence Branding, Amma, Dengo Chocolates e Paraíso Veede), mas Francine afirma que há mais empresários interessados em fazer parte do sistema e é forte a tendência de que esse número cresça. “A Bahia tem essa mistura de possibilidades. A abundância de recursos naturais e um empresariado bacana. Temos gente muito boa no estado disseminando o movimento”, diz Francine.

MERCADO Negócios voltados ao desenvolvimento social e ambiental criam estratégias como a troca de experiências e um programa de financiamento

Empresas B sofrem menos impacto da pandemia

A pesquisadora Maria Elisa Huber Pessina, professora nos cursos de economia e administração na Unifacs, afirma que a preocupação das empresas com o desenvolvimento social e ambiental é uma tendência forte e sem volta. Ela diz que isso é resultado de discussões importantes que têm ocorrido internacionalmente, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Acordo de Paris.

“Não é mais uma questão apenas de você ser correto para o meio ambiente, mas é sobre garantir a própria sustentabilidade das organizações”, afirma. Maria Elisa destaca o reflexo da pandemia sobre essas ações. “A discussão não é nova, mas a pandemia vem reforçar essa tendência. Ela faz com que os consumidores, em geral, tenham sensibilidade maior para questões não só ambientais como de convívio social”.

Todos são responsáveis Muito se engana quem acredita que a responsabilidade pelo o impacto socioambiental deve ser apenas daqueles que trabalham com serviços associados diretamente ao meio ambiente. Jorge Freire, CEO do BomConsortio (@bomconsorcio), garante que isso é um equívoco: “Qualquer pessoa, empresa ou instituição pode fazer sua parte independentemente da área”.

A empresa baiana, fundada em 2014, tornou-se a primeira de serviços financeiros do país a receber o selo B, no início deste ano. Uma das boas práticas incorporadas foi a de digitalizar todo o processo de atendimento para evitar o consumo de papel.

A importância do resul-

“Qualquer pessoa, empresa ou instituição pode fazer sua parte”

JORGE FREIRE, do BomConsortio



BomConsortio / Divulgação

O Movimento de Empresas B surgiu nos EUA, em 2006, e foi trazido para o Brasil em 2013

Na Bahia, apenas seis empresas recebem a certificação do selo B



Thiago Traffa / Divulgação

Caio é fundador da Sanar, startup de educação médica

tado para além do lucro também é uma das bases da empresa de marketing Essence Branding (@essencebranding), criada em Salvador em 2018 já com o objetivo de ser uma empresa B. Para a CEO Maria Brasil, que acompanha o movimento desde antes de abrir seu próprio negócio, o processo de certificação é tão valioso quanto o selo em si.

“Você recebe uma série de sugestões de melhoria, de como se tornar uma empresa ainda mais consciente e humanizada. O próprio pro-

cesso já é uma evolução para a empresa”, afirma.

Francine Lemos, diretora-executiva do sistema, afirma que a avaliação acaba se tornando um grande guia e uma ferramenta de gestão em que a empresa pode checar a cada recertificação os pontos melhorados.

Maria Brasil destaca que a diferença na gestão de uma empresa B está, principalmente, no cuidado com as pessoas. “Temos esse olhar de colocar as pessoas no centro. O objetivo são elas e o processo é apenas o proces-

so”, afirma.

Caio Nunes, médico co-fundador da Sanar (@Sanar), startup de educação médica online, concorda. Os principais diferenciais da entrada da empresa soteropolitana no sistema, em 2018, estão, principalmente, nos indicadores relacionados à equidade salarial na equipe.

Enfrentamento da crise

Durante a pandemia, apenas duas empresas B se fecharam no país. Para Francine Lemos, esse número mostra a resiliência e a cooperação do movimento. A diretora-executiva afirma que foi criada uma comunidade de troca de experiências para o enfrentamento da crise. O movimento também realizou um programa de financiamento para pequenos negócios de impacto.

A rotina de trabalho da Essence Branding não foi muito afetada pelo isolamento social. Os funcionários, desde antes da Covid-19, não frequentavam o escritório da empresa todos os dias e escolhiam quando desejavam trabalhar em casa. “Isso ilustra o quanto a mentalidade de quem é B já estava mais alinhada com os desafios que poderiam vir. Estávamos mais preparados e, por isso, nosso trabalho não foi tão abalado”, afirma Maria Brasil.

As discussões sobre a importância do impacto social, um dos pilares do movimento B, incentivaram a Sanar a lançar um curso gratuito sobre intubação de pacientes com Covid e a participar de projetos de combate às fake news. “Sabemos que precisamos contribuir neste cenário caótico que vivemos”, afirma Caio.

Já a BomConsortio investiu na saúde mental de seus funcionários. Jorge Freire conta: “Oferecemos acompanhamento psicológico. Nossos colaboradores estavam muito tensos no início. Isso trouxe muito conforto e segurança para as pessoas, e, por outro lado, como empresa, conseguimos seguir de maneira suave”.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA,
FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos
colunalevi@gmail.com

Apesar da pandemia, LDO prevê que a Bahia vai crescer em 2022

Apesar da pandemia, um baque na economia em geral, e da saída da Ford de Camaçari, outro na baiana em particular, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que João Leão, o secretário de Planejamento, entregou anteontem ao presidente da Assembleia, Adolfo Menezes (PSD), traça um cenário positivo para 2022.

A previsão é de uma receita de R\$ 50,7 bilhões, mais que os R\$ 49 bilhões de agora, enquanto a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para o mes-

mo período é de 2,3%, em torno da média esperada para o PIB Nacional.

Segundo Leão, alguns segmentos como o setor agropecuário, impulsionado pelo aumento da produtividade, como no caso da soja, e a alta do dólar, vão bem. E tem mais os investimentos previstos, o que ativa a economia.

EÓLICAS — Além do início de obras como a ponte, Leão lembra que há investimentos privados de grande impacto econômico.

— Temos quatro grandes usinas de açúcar e álcool sendo implantadas na Bahia. E só no setor de energia eólica os investimentos previstos são R\$ 47,6 bilhões. Isso é o que a Bahia arrecada hoje.

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Seplan, diz que investimentos públicos, privados de Parcerias Público-Privadas (PPP) e concessões públicas são imprescindíveis para o futuro e o presente. A aposta é essa.

Covid tranca Berimbau

Conceição do Jacuípe, ou Berimbau, viu um grande dia em 26 de abril último, quando Bolsonaro foi lá inaugurar a duplicação do trecho da BR-101 em ato que aglomerou com direito a discurso de saudação da prefeita de lá, Tânia Yoshida (PSD).

Hoje, pouco mais de 15 dias depois, a prefeitura está fechada, passando por processo de higienização total. Vários funcionários testaram positivo. Será efeito da inauguração?

Segunda dose, mas nem tanto

Um deputado que andou dizendo que a Bahia tinha a segunda dose da Coronavac porque os baianos não deram ouvidos a Pazuello, quando ele mandou liberar as aplicações sem as reservas para a segunda, virou alvo de gozações entre colegas com a falta da vacina agora.

Ele se defende dizendo que alguns municípios, como o dele, foram precavidos e seguraram a segunda dose. De fato, aí ele tem razão. Em alguns lugares a vacina flui normal.

Paulão, uma denúncia oculta

Autor do pedido de uma CPI contra o prefeito Colbert Martins (MDB) para apurar a distribuição de cestas básicas ano passado pela prefeitura de Feira de Santana, o vereador Paulão Caldeirão (PSC) foi interpellado por um colega:

— O que o senhor tem de concreto nessa denúncia?

— Me recuso a responder. Vou permanecer em silêncio. Essa pergunta é imoral.

É o acusador reivindicando o direito de permanecer em silêncio. Já viu isso?



Rui e Sheila Lemos, o encontro que sacudiu Conquista

Conquista e Feira, onde a oposição venceu e sofreu

A visita de Sheila Lemos (DEM), prefeita de Vitória da Conquista, a Rui Costa, levada pelo deputado Fabrício Falcão, rendeu muito tititi nas redes da cidade. Ela também conversou com Jaques Wagner, pré-candidato ao governo, o que ajudou a turbinar os insatisfeitos.

Ano passado Sheila se elegeu vice-prefeita de Herzem Gusmão (MDB), bolsonarista e negacionista que morreu em março vítima da Covid. Assumiu o mandato e mostra que quem dá as cartas é ela, herdeira também das denúncias de corrupção na campanha feitas pelo PT.

Governistas dizem que o MDB ganhou em Conquista, e Herzem morreu, ganhou em Feira de Santana com Colbert Martins, que vive dias turbulentos e por isso não tem muito o que festejar.

POLÍTICA COM VATAPÁ

Realizando o sonho

Conta Sebastião Nery em '1950 Histórias do Folclore Político Brasileiro' que Jayme Junqueira Ayres, jurista, jornalista, membro da Academia de Letras da Bahia e também colunista de A TARDE, elegeu-se deputado estadual na Bahia no embalo da redemocratização do país após o fim da 2ª Guerra Mundial. E muito pela respeitabilidade que ostentava, virou presidente da Assembleia.

Lá um dia Octávio Mangabeira, o governador, viajou e Jayme assumiu. Naquela época não tinha vice e as viagens não eram tão rápidas como agora.

E eis que está sentado no trono governamental quando na porta entra o colega deputado e amigo Nestor Duarte, bradando:

— Governador, olhe aqui! Esticou os braços e tascou duas bananas.

E Jayme: — O que é isso, Nestor? Ficou maluco?!

— Não, Jayme querido. É que eu sempre tive o desejo de dar umas bananas para o governador. Como você é, meu amigo, foi a chance.



LIGUE, ANUNCIE E VENDA!

O Classificados do Jornal A TARDE tem as melhores vantagens para você!

PAGUE 4 ANUNCIE 5

Anunciando 4 dias o quinto é por nossa conta.

GARANTA A SEGUNDA

Anuncie sábado e domingo para ganhar 40% de desconto no anúncio da segunda.

ANUNCIE 5 GANHE 2

Anuncie 5 dias e ganhe 2

LIGUE E ANUNCIE 3533.0855

Segunda a sexta das 8h às 18h (Exceto feriados),
Whatsapp: 99601-0039 / 98149-2081

Promoção não acumulativa e não válida para contratos e editais / Promoção válida até o dia 31.05.21

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

Rodrigo Maia é uma figura odiada pelos brasileiros. Tentou dar um golpe para permanecer presidente da Câmara, não deu certo. Não pode andar nas ruas, tamanha a sua antipatia popular

Arthur Maia

Deputado federal pelo DEM da Bahia

Previdência versão 2.0

O governo Rui Costa (PT) vai enviar em breve à Assembleia Legislativa uma nova PEC da reforma previdenciária que promete mexer no vespertino no sistema de aposentadorias dos servidores estaduais. Segundo apurou o Satélite, a proposta tem como principal objetivo corrigir pontos da Lei 14.250 de 18 de fevereiro de 2020, que instituiu prazo mais curto para concessão de benefícios previdenciários, a reboque da reforma aprovada no fim de janeiro do ano passado. Hoje, o estado tem até 180 dias para liberar aposentadorias de servidores, a partir da data de entrada do requerimento. Contudo, o governo da Bahia não tem conseguido cumprir a regra por conta do tempo para calcular o benefício – os últimos 20 anos para homens e 15 para mulheres – e sofreu sucessivas derrotas na Justiça, com imposição de multas diárias de alto valor.

CHEIRO DE BOLOR

Na tentativa de estancar a sangria, Rui Costa quer restringir o cálculo aos últimos dez anos de contribuição para ambos os gêneros, sob a alegação de dificuldades em acessar arquivos antigos do funcionalismo público.

Testa franzida

Em busca de apoio para a nova PEC, o procurador-geral do Estado, Paulo Moreno, se reuniu recentemente com líderes da base aliada e da oposição na Assembleia e sinalizou extremo temor com a fatura originada pela condenação em ações judiciais movidas por descumprir o prazo máximo para conceder aposentadorias de servidores. Na ocasião, Moreno afirmou que a conta não para de crescer e que, caso a modificação não seja aprovada, o montante gerado por multas em série agravaria os problemas financeiros já enfrentados pelo governo baiano. No núcleo-duro do Palácio de Ondina, os votos dos deputados oposicionistas são considerados fundamentais para emplacar a proposta, já que parte da bancada governista tem grande resistência a matérias que alteram direitos dos servidores, sobretudo em ano pré-eleitoral.

Modo de espera

A ida do secretário estadual de Meio Ambiente, João Carlos Oliveira, para a pasta de Agricultura só depende agora da definição sobre quem ocupará seu lugar. Na cúpula do PSB, partido responsável pela indicação de Oliveira, a expectativa é de que a troca seja efetivada ainda nesta semana, junto com a substituição do secretário de Turismo, Fausto Franco, por um nome do Podemos.

Dia D

A Primeira Turma do Supremo vai decidir no próximo dia 21 se tranca a ação penal contra o promotor Almir Sena, condenado por assediar sexualmente funcionários quando comandava a Secretaria Estadual de Justiça. Para a defesa, o processo foi movido com base em uma investigação irregular, já que, como membro do Ministério Público, somente o Tribunal de Justiça poderia autorizar a abertura de inquérito contra ele. Em 15 de abril, Sena teve a perda do cargo de promotor decretada pelo juiz George James, da 4ª Vara Cível de Salvador, mas recorreu.

Corre-corre

Avança a passos largos a coleta de provas baseadas na delação da desembargadora afastada Sandra Inês Moraes Rusciolli à Faroeste. O que foi reunido até o momento animou os investigadores.

Medidas de proteção à vida começam hoje em 3 bairros

SALVADOR Dona Maria (nome fictício), 65 anos, tem um mercadinho no bairro do Lobato e, mesmo com as placas que expõe pedindo aos clientes que usem máscaras, não adianta. Enquanto a reportagem esteve no local na manhã de sábado (15), por cerca de 15 minutos, três pessoas tentaram entrar sem proteção, mas foram atendidas do lado de fora.

Indignada, a proprietária relata o negacionismo de alguns fregueses: “Tem gente que acha que o coronavírus não existe, que é briga política. Mas aqui, se não tiver de máscara, eu barro a pessoa”. Até discussão entre os clientes já aconteceu: “Uma vez, um rapaz entrou sem máscara e outro cliente pediu pra ele usar. No início, só queria comprar pão. Mas aí, quando ele viu que estava incomodando os outros, foi pior: começou a fingir que estava interessado em outras coisas, só pra ficar mais tempo aqui. O outro freguês reclamou, mas não houve jeito”.

É por causa desse tipo de comportamento que a incidência de casos de covid no bairro aumentou em mais de 30% em uma semana,



NARA GENTIL

segundo a prefeitura de Salvador. Por isso, a administração municipal vai implantar, a partir de hoje, medidas de proteção à vida no Lobato e também na Boca do Rio e em São Marcos – bairros que também apresentaram aumento de casos.

Durante ao menos uma semana, a partir de hoje, serão realizadas testagens rápidas para detecção do novo coro-

navírus, além de distribuição de máscaras, higienização e desinfecção de vias e atuação da assistência social através do Cras Itinerante (Centros de Referência de Assistência Social). Fazenda Grande do Retiro, São Caetano e Brotas continuarão com as medidas. Liberdade, Paripe e Pernambuco apresentaram redução e foram substituídos pelos três novos bairros.

Movimentação no bairro de São Marcos, um dos três onde houve aumento de casos de covid-19

Pessoas com comorbidades com 18 anos ou mais vacinadas

A PARTIR DE HOJE A vacinação contra a covid-19 em Salvador incluirá, a partir de hoje, pessoas com 18 anos ou mais que tenham alguma comorbidade, ampliando a imunização para todo público adulto que tem alguma questão de saúde contemplada no Plano Nacional de Imunização (PNI).

Os pacientes devem estar com o nome cadastrado no site da SMS e, no ato da vacina, apresentar documento oficial de identificação com foto.

Os drive-thrus funcionando são a Arena Fonte Nova, o FBDC Cabula, Vila Militar (Dendezeiros), Shopping da Bahia, PAF Ondina e Centro de Convenções. Os pontos fixos são a USF Curralinho, USF Santa Luzia, USF Federação, USF Fernando Filgueiras (Cabula VI), USF Cajazeiras X, USF Itapuã, USF Cajazeiras V, USF Teotônio Vilela II e USF Vale do Matatu.

Sobre a aplicação da segunda dose, as pessoas que estão agendadas até essa segunda (17) poderão se dirigir aos pontos fixos e drives localizados na Universidade Católica (Pituaçu), Unijorge (Paralela) e 5º Centro de Saúde, das 8 às 13h.

Estado registra 2.554 novos casos de covid e 63 mortes

BOLETIM DIÁRIO A Bahia registrou mais 2.554 casos de covid-19 nas últimas 24h, com 63 mortes confirmadas pela doença, segundo boletim divulgado ontem pela Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab).

As mortes aconteceram em várias datas, mas a confirmação da causa foi feita

ontem. Dos 955.350 casos confirmados desde o início da pandemia no estado, 918.580 já são considerados recuperados, 16.876 estão ativos e 19.894 morreram.

Dentre os mortos no estado, 55,68% foram de homens e 44,32% de mulheres. Cerca de 64% das mortes foram de pessoas com comor-

bidades, com maior percentual de doenças cardíacas e crônicas (73,54%).

A Sesab explica que casos acumulados existem por conta da sobrecarga das equipes de investigação. Também relaciona à necessidade de aprofundar investigações para evitar distorções ou equívocos.

ECONOMIA

Novo Bolsa Família cria voucher de R\$ 250 para creche

SUBSTITUIÇÃO O projeto de reformulação do Bolsa Família, que está pra ser lançado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) prevê acabar com as verbas destinadas à ampliação de creches públicas para crianças em situação de vulnerabilidade social. Para substituir, o governo pretende criar um voucher mensal de R\$ 250 para creches privadas que só beneficiará famílias que deixem o programa social. A informação consta na minuta da Medida Provisória (MP) que cria o novo Bolsa Família, obtida com exclusividade de pelo UOL.

Um dos principais pontos da proposta divulgados pelo site de notícias é a extinção do programa Brasil Carinhoso. Criado no gover-

O benefício será pago a famílias monoparentais, cujo responsável consiga um emprego formal. Além disso, as crianças têm que ter idades entre 6 meses e 3 anos e 11 meses

no Dilma Rousseff, ele financiou a expansão de vagas de creche focadas em crianças de famílias beneficiárias do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou para crianças de famílias que tenham pessoas com deficiência.

O voucher — uma espécie de cupom/cheque para contratação de serviço específico na iniciativa privada — foi batizado como Auxílio Creche e serviria como a “porta de saída” do Bolsa Família, expressão sempre repetida por integrantes do governo Bolsonaro, de acordo com informações do UOL.

Bolsonaro fez menção ao texto da MP durante agenda em Alagoas, na última quinta-feira. “Está quase pronta também a questão do novo Bolsa Família, proposta sua. E mais: brevemente a inclusão no Bolsa Família não será mais procurando prefeituras

pelo Brasil, será feito através de um aplicativo. Vamos libertar as pessoas mais humildes do jugo de quem quer que seja”, falou Bolsonaro, dirigindo-se ao ministro da Cidadania, João Roma (Republicanos-BA).

Apesar de ainda não ter deixado o Ministério da Cidadania, a MP já conta com pareceres favoráveis do corpo técnico da pasta, da Advocacia-Geral da União e da Controladoria-Geral da União.

O benefício só será pago a famílias monoparentais — quando apenas a mãe ou o pai é responsável pela criança — cujo responsável consiga um emprego formal. No entanto, se a renda familiar superar o limite máximo do Bolsa Família, perde-se o direito ao benefício. As crianças têm que ter idades entre 6 meses e 3 anos e 11 meses, além de não conseguir matrícula na rede pública.

RAÇÃO E EMBALAGEM MAIS CARAS FAZEM PREÇO DO OVO SUBIR

FICOU SALGADO No mês de abril, o preço do ovo subiu 14% por conta da alta dos custos na ração das galinhas. Com isso, os produtores recorreram a exportação para aumentar o lucro.

A elevação dos preços da soja, usada na ração — que no mesmo período do ano passado era vendida por R\$ 95 e hoje ultrapassa os R\$ 170 —, e do milho, que dobrou em um ano, é um dos principais fatores para esse aumento.

As embalagens usadas também ficaram mais caras, com alta de 70%.

Cerca de 12 milhões não declararam o imposto de renda; prazo é até dia 31

RECEITA FEDERAL Apenas 20 milhões de contribuintes já entregaram a declaração do imposto de renda deste ano. O valor representa 61% do esperado pela Receita Federal. Do outro lado da moeda, aproximadamente 12 milhões de pessoas ainda não enviaram a declaração do imposto de renda.

O prazo para enviar o documento, que teve início no dia 1º de março, vale até o dia 31 deste mês. O prazo mais largo que o comum, foi resultado de uma tentativa de suavizar as dificuldades por conta da pandemia do novo coronavírus.

Quem vai precisar pagar, ao invés de receber, tem a

possibilidade de amenizar o impacto no orçamento familiar parcelando o valor em até oito prestações. É importante estar atento à incidência de juros. O parcelamento é automático e pode ser debitado diretamente da conta do contribuinte por meio de instituições financeiras conveniadas à Receita Federal.

DESEMPREGO

45%

dos brasileiros já esconderam o fato de estarem sem trabalho de alguma pessoa próxima. É o que aponta um levantamento realizado pelo LinkedIn com 2 mil profissionais desempregados no período entre outubro e novembro de 2020.

CAIXA COMEÇA A PAGAR 2ª PARCELA DE AUXÍLIO EMERGENCIAL

BENEFÍCIO A Caixa Econômica Federal iniciou o pagamento da segunda parcela do auxílio emergencial anteontem. Os primeiros beneficiários a receber os recursos em suas contas digitais são os nascidos em janeiro.

De acordo com a Caixa, o calendário de pagamentos da segunda parcela foi antecipado, e será finalizado em 17 de junho. Inicialmente, o cronograma encerraria em 8 de julho.

Os valores já podem ser movimentados no aplicativo CAIXA Tem desde anteontem. Com os recursos, os beneficiários podem pagar boletos e realizar compras na internet e por meio de maquininhas.

TESLA PODE SE DESFAZER DE BITCOINS RECEBIDOS

CRIPTOMOEDA O CEO da Tesla, Elon Musk, deu a entender, anteontem, em uma interação no Twitter, que a empresa pode se desfazer dos Bitcoins que detém. Nesta semana, a companhia disse que parou de receber a criptomoeda como forma de pagamento pelos veículos elétricos que fabrica.

“Os Bitcoiners vão se esbofetear no próximo trimestre quando descobrirem que a Tesla se desfez do resto de seus ativos”, escreveu no Twitter o usuário @CryptoWhale. “Certamente”, respondeu Musk.

Na última quarta, o fundador da Tesla disse que a empresa não receberá mais Bitcoin como pagamento.

ARÁBIA SAUDITA SUSPENDE 11 EMPRESAS DE CARNE DO BRASIL

IMPORTAÇÃO Sem comunicação prévia ao Brasil, a Arábia Saudita suspendeu as compras de carne de frango de 11 dos 20 frigoríficos habilitados para vender o produto ao país nesta semana.

A decisão começa a valer a partir do próximo dia 23. A Arábia Saudita informou que os produtos exportados pelas empresas suspensas teriam ultrapassado os limites aceitos de contaminação microbiológica. Essa seria a principal razão da suspensão.

O Itamaraty informou, em nota enviada ao G1, que lamenta as suspensões e destacou que a decisão do governo saudita não deu possibilidade de apresentação de defesa técnica pelo Brasil.

País informou que produtos importados de frigoríficos brasileiros teriam ultrapassado limites aceitos de contaminação microbiológica

No dia do abraço, abrace quem você pode, mas não deixe de abraçar boas causas.

Ganhe um copo para celebrar o Dia do Abraço

Jornal + copo R\$ 2,50

Um novo Subúrbio

21/05 - SEXTA-FEIRA

Abrace uma causa

Correio

Promoção válida enquanto durar o estoque. Assinantes podem solicitar o seu copo através da Central de atendimento (71) 3640-9900 a partir do dia 22/05/2021. Promoção válida apenas para assinantes da capital. Jornal sem copo R\$1,50.

Imagem meramente ilustrativa.

bit.ly/abracecomcorreio



Petrobras vai diminuir frequência de reajustes

COMBUSTÍVEIS A Petrobras decidiu manter a política de preços de combustíveis baseada na paridade de importação, ou seja, alinhada ao valor cotado no mercado internacional. Mas haverá uma mudança, a frequência de reajustes será "intermediária", se comparada ao que era feito até então. A informação foi dada nessa sexta (14) pelo diretor de Comercialização e Logística da estatal, Cláudio Mastella.

"No passado, a gente já praticou frequências muito baixas e frequências muito altas de reajuste. Optamos por uma frequência intermediária, mas mantêm a mesma lógica que mantemos há dois anos", disse o diretor durante coletiva de imprensa conforme citação de reportagem do portal G1.

A coletiva foi marcada para que a nova di-

A Petrobras comunicou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) para o fundo Mubadala. O fechamento do negócio depende da aprovação do órgão

retoria da empresa apresentasse os resultados financeiros da companhia no primeiro trimestre deste ano, que registrou lucro de R\$ 1,16 bilhão.

A Petrobras, desde 2019, revisa os preços dos combustíveis com base no que é cobrado no mercado internacional. Além dessa variação, o consumidor brasileiro acaba tendo que pagar com a variação cambial entre o real e o dólar.

Ainda segundo o G1, Mastella disse que a companhia manterá monitoramento diário dos preços, porque "é fundamental para a gente manter a competitividade". Porém, não haverá datas pré-definidas para aplicação dos reajustes. Segundo, o diretor enfatizou que a companhia vai evitar repassar a volatilidade do mercado internacional aos consumidores brasileiros.

"Na prática, não repassar

imediatamente oscilações do mercado externo ou do câmbio para o consumidor interno, e ao mesmo tempo manter os nossos preços em nível competitivo com os nossos competidores", disse Mastella, sem detalhar como isso será feito.

Foi justamente a alta frequência de reajustes nos preços dos combustíveis (diesel e gasolina), em decorrência da alta elevação de preço do petróleo no mercado internacional, que resultou na demissão de Roberto Castello Branco da presidência da estatal após intervenção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Para lidar com a variação cambial, Rodrigo Araújo, diretor financeiro e de relacionamento com investidores, afirmou que a empresa trabalha com dólar futuro e exporta com a moeda norte-americana para neutralizar a desvalorização do real.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$5.2705	R\$ 5.2710
Dólar Turismo	R\$ 5.2700	R\$ 5.4330
Euro turismo	R\$ 6.3230	R\$ 6.6070

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	121880,82	+0,97%

POUPANÇA

15/05/2021	0,1559 %
------------	----------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,10%

PIX

1TRI

de reais

é a soma das operações feitas pelo Pix ao completar 6 meses de lançado. O sistema de pagamentos e transferências instantâneas desenvolvido pelo Banco Central já representa, nesse curto tempo, 51% de todas as transações bancárias feitas no Brasil.

GOVERNO QUER EVITAR RACIONAMENTO

ENERGIA O governo federal deu início à discussão de um plano de ações para preservar água nos reservatórios das principais hidrelétricas e, com isso, evitar o risco de escassez de energia. O motivo da mobilização é a situação dos reservatórios de hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste, que respondem por mais da metade da capacidade de geração do país. O armazenamento de água nesses reservatórios é o menor para essa época desde 2015 e próximo do registrado em 2001, quando o país passou por um racionamento de energia.

WHATSAPP MUDA REGRA DE PRIVACIDADE

APLICATIVO A partir desse sábado (15), os usuários do WhatsApp começam a se deparar com uma tela solicitando o aceite dos novos termos de privacidade do aplicativo. Segundo a empresa, quem se recusar a aceitar os novos termos pode perder, aos poucos, o acesso à ferramenta. A empresa afirmou que não irá apagar a conta do usuário. A mudança torna obrigatório o compartilhamento de informações como número de telefone, dados de transações e sobre interações com outros contatos, entre outros.



DIA
DO GARI

16 MAIO

DIA DE
QUEM FAZ
SALVADOR
BRILHAR

PARABÉNS!


JOTAGÊ40
ENGENHARIA

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 15 e 16/05/2021	Página: 02

Tribuna

Comemoração

A Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) apresentou ontem um balanço dos 100 primeiros dias do Planejamento Estratégico Sefaz + Por Salvador 2021-2022. O documento engloba 30 projetos constituídos durante o evento realizado em janeiro deste ano, que visam melhorar a qualidade da prestação de serviços aos contribuintes, gestão fiscal, transparência e aumento da arrecadação. O evento foi realizado no auditório da Secretaria Municipal de Gestão (Semge), nas Mercês. Estiveram presentes a secretária da Sefaz, Giovanna Vítter; os titulares da Casa Civil, Luiz Carreira, e da Semge, Thiago Dantas; e o subprocurador do Município, Eduardo Porto, além do corpo técnico da Sefaz.

Transparência

O deputado estadual Sandro Régis (DEM), líder da oposição na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), cobrou ontem transparência do governo do estado após as mudanças realizadas no Diário Oficial (DOE), dificultando o acesso aos documentos públicos. Antes, era possível acessar o diário de maneira simples, sem exigência de cadastro. Agora, com a mudança, é preciso informar CPF, número de celular, data de nascimento e e-mail, dentre outros dados.

Tribuna

Senado aprova suspensão no aumento de preço de medicamentos em 2021

MARCELO BRANDÃO -
REPÓRTER DA AGÊNCIA
BRASIL - BRASÍLIA

O Senado aprovou projeto de lei (PL) que suspende o aumento de preço de medicamentos em 2021. O texto também determina a reversão de reajustes já aplicados em medicamentos este ano, havendo, inclusive, a restituição de pagamento já realizado. O projeto, aprovado por 58 votos a favor e 6 contra, segue para a Câmara dos Deputados.

Para o autor do projeto, Lasier Martins (Podemos-

RS), o projeto é uma forma de diminuir a pressão sobre o orçamento das famílias que estão enfrentando o coronavírus e, também, daquelas com doentes que demandam uso contínuo de medicamentos. Lasier ressalta ainda que o cenário é de "recrudescimento da pandemia, inclusive com o surgimento de novas cepas virais".

Os medicamentos disponíveis no Brasil têm seus preços controlados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed). Uma vez por ano, a Cmed fixa o teto de preços permitidos para a venda de medicamentos, mas esse controle não

alcança todos os remédios. Determinadas classes terapêuticas de medicamentos isentos de prescrição, por exemplo, ficam de fora.

O relator, Eduardo Braga (MDB-AM), explicou que o projeto não "congela" preços, apenas impede o reajuste do teto pela Cmed. "Não se trata de congelamento de preços, trata-se de suspensão de qualquer reajuste no teto estabelecido pela Cmed tanto para preços de fabricantes quanto para preços a varejo, para o consumidor. Portanto, fazendo justiça a milhões de brasileiros que estão necessitando de acesso à compra de medicamentos."

Apesar de não ter sido aprovado por unanimidade, o projeto teve vários apoios. Um deles foi de Kátia Abreu (PP-TO). A senadora rejeitou uma suposta quebra do preceito de livre mercado com o projeto. "Eu também sou a favor do livre mercado. Acontece que o livre mercado é uma tese importante para baratear produtos. Significa muita gente produzindo tudo, com grande concorrência, e os preços caindo. Agora, falar em livre mercado diante de um belo cartel não é democrático. É um grande cartel, onde os donos dessas fabricantes internacionais sempre foram muito grandes e ricos."

Tribuna

Mais de 3 mil empresas têm pendências na Receita

Irregularidades foram entre os anos de 2018 e 2019. Elas têm até 12 de junho para acertar contas

Foto- Agência Brasil

YURI ABREU
REPORTER

A Bahia tem um rol de 3.235 empresas que foram notificadas pela Receita Federal – 5,56% de todo o Brasil (58 mil) – por inconsistências na chamada Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e outras informações existentes na base de dados do Fisco. Os dados são referentes aos anos de 2018 e 2019, com algumas organizações devendo até mesmo os dois anos. Nessa primeira fase, as pessoas jurídicas com diferenças encontradas receberam comunicação na caixa postal do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC).

De acordo com o órgão federal, as três delegacias da localizadas nas maiores cidades do estado tem empresas as quais constam essas inconsistências. Na de Salvador, o total de registros foi de 1.540. Além deste, foram 1.046 notificações na Delegacia de Feira de Santana e outras 647 na de Vitória da Conquista. Não há perfil específico. São empresas de diversas áreas, que fizeram opção pela apuração dos tributos Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no Lucro Presumido.

"A irregularidade detectada foi que essas pessoas ju-



PROCEDIMENTO

Receita destaca que não é necessário comparecer para realizar o atendimento

rídicas não informaram receitas na sua Escrituração Contábil Fiscal (ECF), nas declarações entregues em 2019 e 2020, referentes aos anos-calandários 2017 e 2018, respectivamente, mas a Receita Federal identificou, em outras bases de dados, que essas empresas tiveram receitas, portanto as ECF precisam ser corrigidas", afirmou o auditor-fiscal João Vicente Velloso Silva, Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador.

Ainda segundo ele, as

empresas têm prazo até 12 de julho de 2021 para regularizar a situação, apresentando declarações (ECF) retificadoras, informando as receitas omitidas. Caso não o façam serão fiscalizadas e autuadas por omissão de receitas, com cobrança dos acréscimos legais devidos – multa e juros. Para mais interessados, as empresas devem acessar este link: <https://bit.ly/3eN5hbR> para obter mais informações.

A Receita Federal destacou que não é necessário

comparecer a uma unidade de atendimento para obter informações ou prestar esclarecimentos. Eventuais dúvidas pontuais poderão ser enviadas à equipe da ECF, pelo Portal do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), na internet: <http://sped.rfb.gov.br/>. Apesar disso, conforme o órgão, do total de pessoas jurídicas que entregaram ECF nesses dois anos, em todo o país, apenas 3,5% dos contribuintes se enquadram nesta situação.

Tribuna

Coelba identifica 29 mil 'gatos' de energia na Bahia

A irregularidade gera prejuízos para a população. Furtos de energia acontecem em todas as classes

CLEUSA DUARTE
REPORTER

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), empresa do Grupo Neoenergia, realizou 86 mil inspeções na Bahia, entre janeiro e março de 2021, sendo identificadas 29 mil irregularidades. Somente em Salvador e Região Metropolitana foram 18 mil inspeções com a constatação de 11 mil irregularidades. De acordo com a empresa, as irregularidades são bastante pulverizadas e ocorrem em todos os bairros, ao contrário do que muita gente pensa, os 'gatos' não ocorrem apenas em bairros mais populares.

A energia recuperada no período foi de 72 milhões de kWh, suficiente para abastecer o município de Feira de Santana durante um (1) mês. Este ano, a Coelba ampliou as ações de fiscalização de ligações clandestinas, o que reflete em aumento de casos de irregularidades encontradas. No mesmo período de 2020, foram realizadas 37 mil inspeções na Bahia e identificadas 14 mil irregularidades e recuperados 40 milhões de kWh.

Os furtos acontecem em todas as classes consumidoras, tanto em residências quanto em clientes industriais, comerciais e grandes produtores rurais. Em nota enviada à Tribuna da Bahia, a empresa disse que os prejuízos financeiros não são divulgados, "esse é um dado que a empresa não divulga. A maior prejudicada com as ligações clandestinas é a população. As irregularidades além de repercutir na tarifa, colocam em risco a vida de pessoas e comprometem o fornecimento".

Rodrigo Barros, Gerente de Gestão da Receita da Coelba destaca que, "as ligações irregulares representam um risco real à segurança da população, pois geralmente as instalações elétricas não atendem às normas técnicas, sobrecarregam o sistema de distribuição e por consequência podem reduzir a vida útil de eletrodomésticos, além de serem caracterizadas como crime devido ao furto de energia. Vale destacar que as pessoas que realizam as irregularidades também correm sério risco de morte, pois estão sujeitas a sofrerem choque elétrico ou queda ao se arrisarem inter-



Foto: Romildo de Jesus

LUZ

Companhia de energia realizou 86 mil inspeções entre janeiro e março de 2021

vinho na rede energizada e subindo em postes".

O gerente também reforça que, "para minimizar os impactos provocados por estas fraudes, a Coelba segue

investindo em tecnologias para monitorar o fluxo de energia em suas redes e diariamente executa um conjunto de medidas nas ruas para promover a segurança da co-

munidade e combater o furto de energia".

DICAS DE ECONOMIA

A fim de economizar energia, a engenheira eletri-

cista Clotilde Silva dá algumas dicas, como, "desligar a televisão da tomada quando não estiver assistindo ajuda mesmo a economizar energia, bem como trocar as lâmpadas por modelos de LED. Outra dica importante é de que aumentar a temperatura do ar-condicionado ajuda a diminuir a conta. Além disso, laptops, micro-ondas e aparelhos de som, mesmo desligados completamente, continuam consumindo energia se mantidos na tomada. No modo stand by o consumo é menor, mas existente. Por segurança, na hora de tirar da tomada, deve-se puxar segurando o plugue, não o fio, que pode ser danificado e causar choques elétricos. Já o carregador de celular conectado na tomada consome, porém muito baixo. A potência é de cerca de 0,022 W, ou seja, custo mensal de 1 centavo, se conectado o mês inteiro na tomada. Apesar disso, a orientação, por segurança, é de retirá-lo sempre da tomada. Outros alertas para evitar acidentes são de não mexer no aparelho enquanto estiver carregando e sempre utilizar cabos e carregadores originais."

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 15 e 16/05/2021	Página: 06

Tribuna

Bruno Reis envia projeto da LDO 2021 que prevê receita de R\$ 8,3 bi

O prefeito Bruno Reis enviou à Câmara Municipal de Salvador, nesta sexta-feira (14), o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2022, com previsão de R\$8,3 bilhões de receita. O projeto, que será discutido e votado pelos vereadores antes da sanção do prefeito, estabelece em sete capítulos e 17 anexos as normas para elaboração e execução do orçamento do

próximo exercício, define prioridades do programa de trabalho e também as metas fiscais da administração municipal.

No texto da mensagem, Bruno Reis destaca o desafio na elaboração do documento, especialmente em relação à avaliação da receita e da despesa devido ao ambiente causado pela pandemia do coronavírus. "Concomitante ao enfrenta-

mento dessa situação de excepcionalidade, com a adoção de medidas de socorro emergencial e com a intensificação de cobertura vacinal da população, o poder público vem buscando alternativas para o restabelecimento da normalidade social e econômica, com a retomada gradativa das atividades, sempre com o foco principal na preservação de vidas", afirma.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 17/05/2021	



GÁS LIQUEFEITO É A APOSTA PARA LEVAR COMBUSTÍVEL BARATO



17 Maio, 2021

Na atualidade uma das maiores preocupações dos baianos é o marcador da bomba de combustível. A variação quase que semanal dos preços não interfere somente na vida de quem tem veículo próprio, mas também no valor do transporte público e até mesmo a conta do supermercado no final do mês. Em busca pela diversificação das fontes que tornem o produto mais barato, a Bahia já deu a largada para que em um futuro próximo possa garantir que o gás natural esteja ao alcance de todos, através da ampliação da produção e fornecimento de GNL (gás natural liquefeito) em todo o estado.

Para quem não sabe o modelo liquefeito nada mais é do que o gás natural que depois de ser filtrado e condensado, é resfriado a uma temperatura de -163°C . Todo esse processo consegue facilitar o armazenamento e transporte do combustível, é o que informa o presidente da Petrobahia, Thiago Andrade: “Com a chegada do GNL solucionamos um problema logístico que não permitia que muitas regiões do estado tivessem acesso ao gás natural, já que o transporte depende da instalação de dutos, e esse sistema demanda um investimento muito alto”.

Segundo Thiago, o formato liquefeito possibilita o transporte do combustível por navios e caminhões como hoje é feito com outras fontes – a exemplo da gasolina, etanol e óleo diesel -, porém com uma considerável vantagem no custo do produto, qualidade e responsabilidade ambiental, já que o gás natural polui muito menos do que os seus concorrentes. “O cenário do gás natural automotivo mudou bastante nos últimos anos. As conversões de 5ª geração não reduzem a potência dos veículos e nem aumentam o desgaste das peças, como ocorriam nas primeiras gerações de convertedoras de gás”, aponta.

Na Europa, um dos principais mercados consumidores do gás natural, o transporte viário de cargas já conta com ampla alimentação desta fonte de combustível, já que é comum ver caminhões equipados para esta modalidade. O secretário estadual de infraestrutura, Marcus Cavalcanti afirma que no Brasil o cenário de possibilidades começa a mudar com expansão das bases de GNL.

“Com o gás liquefeito poderemos formar os chamados corredores azuis, que são rodovias com postos para gás que permitirão ao caminhoneiros que transportam cargas pelo Brasil a abastecerem seus veículos”, destaca. “Assim teremos um combustível mais barato e que dará muito mais autonomia aos automóveis. Isso certamente refletirá no preço das mercadorias pagas pelo consumidor” – Marcus Cavalcanti, secretário de infraestrutura do Estado da Bahia

Para entender a equação, o caminhão que antes tinha uma autonomia de 700km, rodando com diesel, passa a percorrer até 1200km utilizando o gás natural. Além disso, Thiago Andrade afirma que o GNL tem sido visto como uma excelente solução para a indústria, já que fora o custo benefício, o combustível substitui meios mais poluentes, alinhando a produção às demandas sustentáveis do mercado internacional.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 17/05/2021	



REFORMA TRIBUTÁRIA SERÁ DETALHADA DURANTE ESSA SEMANA, AFIRMA LIRA



17 Maio, 2021

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas), deve detalhar qual será o plano de trabalho da Reforma Tributária no início da semana que vem. Lira divulgou a informação através de sua rede social Twitter, após publicar uma foto com o presidente da Comissão Mista da Reforma Tributária, senador Roberto Rocha (PSDB) e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (Democratas), na Residência Oficial da Câmara dos Deputados.

O presidente da Câmara já havia mencionado como, possivelmente, a Reforma seria desenvolvida. Dividindo-a em “três ou quatro” projetos de lei, que, inicialmente divulgados pela Valor, trabalharia com a CBS, IPI, “passaporte tributário” e IR. O projeto estaria seguindo os moldes que já haviam sido discutidos pelo Congresso com a junção de ICMS e ISS. O relator da reforma tributária na comissão mista do Congresso, Aguinaldo Ribeiro, apresentou sua versão final do parecer que une as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110. Além do texto, Aguinaldo também apresentou um projeto de lei do Executivo sobre o tema.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 17/05/2021	



DEPUTADOS BAIANOS APROVAM PROGRAMA REDUÇÃO DE JORNADAS E SALÁRIOS : “VITAL PARA ECONOMIA”



17 Maio, 2021

Por: João Paulo Almeida

Antes de seguir na matéria não se esqueça de seguir o Bahia Econômica nas redes sociais. Seguindo o portal através das redes sociais você tem informação de qualidade sempre à mão. Acesse aqui [instagram](#), [facebook](#) e [twitter](#) !!

O presidente Jair Bolsonaro assinou a Medida Provisória que prorroga por mais quatro meses o Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) motivado pela pandemia da Covid-19 . O programa possibilita a redução da jornada de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho e também a redução de salário. No entanto, o governo pode pagar um benefício calculado baseado no valor do auxílio-desemprego que deve ser pago ao trabalhador caso fosse demitido.

O portal Bahia econômica conversou com alguns deputados baianos sobre a questão e todos aprovaram a medida visando a manutenção dos empregos. A deputada Federal Lídice da Mata afirmou que através do programa o emprego do trabalhador será mantido. “Nós sabemos que o programa é uma medida fundamental para manter os empregos da população no período de pandemia. É uma questão vital para economia e vamos fazer o possível para que as empresas se mantenham vivas”, explicou

O deputado Federal Afonso Florence explicou que a medida é importante. “A emenda do senador Rogério Carvalho, do PT ao PLN N° 2/21, que eu encaminhei no plenário, retirou da meta de superávit os gastos da saúde, o PRONAMP e o Bem, que é o programa que garante estabilidade no emprego com redução de jornada e salários. Mas, uma vez, o PT ajudando o setor produtivo, e trabalhadoras e trabalhadores, mesmo estando na oposição”, disse.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 15/05/2021	



GOVERNO LIBERA R\$ 2,61 BILHÕES PARA UNIVERSIDADES FEDERAIS



admin 15 Maio, 2021

Após meses de aperto no caixa, as universidades federais terão alívio temporário nos seus orçamentos. O Ministério da Economia anunciou hoje (14) a liberação de R\$ 2,61 bilhões para essas instituições de ensino. Os recursos ajudarão a recompor o orçamento de gastos discricionários.

Embora sejam definidos como não obrigatórios, os gastos discricionários englobam despesas essenciais para o funcionamento de serviços públicos, como contas de luz, telefone, internet, água, material de escritório, combustíveis, manutenção de prédios e de equipamentos. No caso das universidades, o pagamento de bolsas também é considerado despesa discricionária.

O dinheiro vem do remanejamento de programas que seriam custeados com emissões de títulos da dívida pública a serem autorizadas pela regra de ouro. A regra de ouro proíbe o Executivo de se endividar para pagar as despesas correntes – como são chamados os gastos da administração pública para manter seus serviços em funcionamento.

Ontem (13), o Diário Oficial da União publicou crédito suplementar de R\$ 18,7 bilhões que aliviará os cofres de diversos órgãos e ministérios afetados pelo contingenciamento (bloqueio temporário) de recursos, anunciado no fim de abril. Logo após a sanção do Orçamento de 2021, o governo anunciou o contingenciamento de R\$ 9,2 bilhões e o veto de R\$ 19,8 bilhões em gastos. Os cortes foram necessários para garantir a execução de despesas obrigatórias que haviam sido remanejadas para emendas parlamentares.

Nesse processo, o Ministério da Educação teve cerca de R\$ 3,5 bilhões cortados: R\$ 2,73 bilhões bloqueados temporariamente e R\$ 1,2 bilhão vetados. Quase a totalidade dos cortes, na ocasião, referiam-se a verbas para o ensino superior, com a alegação de que as universidades não estavam funcionando presencialmente durante a pandemia de covid-19.

Instituída pelo Artigo 167 da Constituição, a regra de ouro estabelece que o governo só pode emitir dívida pública para rolar (renovar) a própria dívida ou para cobrir despesas de capital, como investimentos em obras públicas e amortizações. Para cobrir gastos correntes, como os citados anteriormente, o governo precisa pedir autorização do Congresso.

O Orçamento de 2021 prevê insuficiência de R\$ 434,8 bilhões para cumprir a regra de ouro, mas a quantia pode ser reduzida para R\$ 125,7 bilhões com o uso de parte dos lucros do Banco Central nos últimos anos, devoluções do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro e pagamentos de dividendos de estatais.

Para evitar a paralisação de serviços públicos, o governo precisará pedir autorização ao Congresso Nacional nesse montante (R\$ 125,7 bilhões) para custear determinados programas com títulos da dívida pública. Com a publicação da portaria, o governo antecipou a liberação dos recursos antes da votação pelo Congresso.

(Foto: Marcelo Casal Jr./Agência Brasil)

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 16/05/2021	Caderno: Notícias



Domingo, 16 de Maio de 2021 - 14:40

Segunda parcela do auxílio emergencial começa a ser pago neste domingo pela Caixa

Está disponível a partir deste domingo (16) a segunda parcela da nova rodada do auxílio emergencial para os trabalhadores informais nascidos em janeiro. O benefício tem parcelas de R\$ 150 a R\$ 375, dependendo da família.

O pagamento também será feito a inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) nascidos no mesmo mês.

O dinheiro será depositado nas contas poupança digitais e poderá ser movimentado pelo aplicativo Caixa Tem. Somente de duas a quatro semanas após o depósito, o dinheiro poderá ser sacado em espécie ou transferido para uma conta-corrente.

Na última quinta-feira (13), a Caixa anunciou a antecipação do pagamento da segunda parcela. O calendário de depósitos, que começaria neste domingo e terminaria em 16 de junho, será aberto hoje e acabará em 30 de maio.

Ao todo 45,6 milhões de brasileiros serão beneficiados pela nova rodada do auxílio emergencial. O auxílio será pago apenas a quem recebia o benefício em dezembro de 2020. Também é necessário cumprir outros requisitos para ter direito à nova rodada.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 16/05/2021	Caderno: Notícias



Domingo, 16 de Maio de 2021 - 09:20

Alimentos e gasolina mais caros tiram clientes e renda de ambulantes

por Ariane Costa, Jéssica Silva, João Vitor Reis e Renan Omura | Folhapress



"Ei, chegou o carro do pãozinho doce." "Olha as sardinhas, sardinhas selecionadas." "O carro dos churros chegou." "Ovos diretamente da granja."

O anúncio de produtos fresquinhos pelo alto-falante fixado no teto de algum veículo é marca registrada na periferia de muitas cidades brasileiras.

Apesar de anunciarem pechinchas, esses vendedores não vivem um bom momento. Distanciamento social, medo da Covid-19 e, agora, a alta de preços dos alimentos reduzem o número de clientes e o faturamento.

Quem mora no bairro Vila Ipelândia, em Suzano, na região metropolitana de São Paulo, provavelmente já viu a Variant amarela do peixeiro Vivaldo de Abreu, 70.

Ao volante do veículo, modelo dos anos 1970, Abreu fez a vida. Já são 32 anos sobrevivendo com o negócio. Desde março de 2020, porém, ele sofre duplamente. Primeiro, por ser do grupo de risco, teme o contágio, mas é obrigado a continuar nas ruas. Segundo, porque circular não tem dado retorno. A clientela sumiu.

"Meu faturamento diminuiu em 95%. Nunca tinha passado por uma crise como essa. Moro com a minha esposa e, atualmente, a nossa única renda é a minha aposentadoria", afirma.

Abreu também atribui a queda nas vendas ao aumento de preço. O peixeiro está vendendo o quilo da sardinha a R\$ 25. O valor médio antes da pandemia era R\$ 13,50.

"As pessoas reclamam, mas não sabem que estou tendo que pagar mais caro. Além disso, tenho que comprar gelo para preservar o peixe e colocar gasolina no carro para rodar", diz.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial do Brasil, teve um repique na pandemia. No período de 12 meses encerrados em abril, dado mais recente,

acumula alta de 6,76%. No acumulado até março, havia ficado em 6,10%.

Alguns produtos, como a gasolina, subiram ainda mais. Só entre fevereiro e março deste ano, por exemplo, houve um aumento de 11,23% no preço final do combustível.

Para tentar driblar a crise, o vendedor passou a focar o comércio de peixes de água salgada. "Na região rural de Suzano, as famílias de origem japonesa ainda compram bastante, mas eles preferem sardinhas e anchovas. Por isso só estou vendendo peixes do mar", diz.

Por causa do valor do combustível, não vai mais para muito longe. Deixou de ir vender na cidade vizinha de Mogi das Cruzes.

Aloísio Bento Gomes, 61, tem problema bem parecido com outros produtos --ovos, alimentos em conserva e temperos. Morador do bairro César de Souza, em Mogi das Cruzes,, ele é vendedor de rua há oito anos e perdeu 50% do faturamento na pandemia.

Nem o apoio do genro reforça o negócio. Douglas Gomes, 38, trabalha como operador de máquina e vende ovos com o sogro aos fins de semana.

"Tivemos que renovar e procurar novos fornecedores para ter produtos melhores com preços mais em conta. Conseguimos novos clientes, mas não está fácil", afirma Douglas.

Do outro lado da região metropolitana, quem vê a Fiorino branca com balões coloridos desenhados já sabe: o carro dos churros chegou. Há três anos, Diego Gomes, 31, trabalha vendendo churros pelas ruas de Osasco.

Os churros custam R\$ 3 cada um, e é possível escolher entre os sabores de chocolate, doce de leite e morango. Morador do Jardim Santo Antônio, o vendedor conta que, em média, saíam 120 churros por dia. Com a pandemia, esse número caiu pela metade.

"As pessoas passaram a ter medo da doença [Covid-19] e receio de comprar. Mesmo com os cuidados para evitar o contágio, quase ninguém sai de casa", diz.

Além de dirigir de segunda a sexta-feira, por vezes ele faz bicos com mudanças para complementar a renda.

Para não perder clientes, nem o investimento nos ingredientes, chega a vender fiado e, dependendo da situação, dá desconto, oferecendo churros por R\$ 2.

"Tudo ficou mais caro, mas eu não podia aumentar o preço. As pessoas já estavam passando por dificuldade para comprar a própria comida. Eu não poderia aumentar mesmo com a dificuldade de vender e comprando ingredientes mais caros", conta.

Apesar de o mercado de ambulantes viver uma baixa, a concorrência aumentou. A pandemia levou novos comerciantes para esse mercado de porta em porta.

Com o bagageiro repleto de cartelas de ovos, Paulo Henrique, 26, circula pelos bairros da região dos Pimentas, em Guarulhos, há um ano.

"Trinta ovos extra branco por apenas R\$ 12. Eu falei 30, 30 ovos", anuncia.

Antes da pandemia, Paulo tinha um emprego regular, que perdeu durante a crise. Com a ajuda das primeiras parcelas do auxílio emergencial de R\$ 600, iniciou o comércio ambulante.

"Foi assim que comecei a vender ovo e sigo até hoje. No momento só tenho feito isso mesmo, pois não achei outro meio de ter uma renda", diz.

Vender ovos pela rua há cerca de um ano também passou a ser uma atividade regular para Luiz Simão, 60, morador do Jardim Imperador, em Suzano.

"É muito difícil uma pessoa de 60 anos arrumar emprego. Eu era motorista de aplicativo, mas tive a conta cancelada, então comecei a trabalhar como vendedor", diz.

Luiz mora com a esposa e não é aposentado. A renda dele é composta pelo salário da companheira e do comércio de ovos. "Não é muito, mas ajuda bastante. Saio para vender de manhã. À tarde, os clientes podem vir buscar aqui em casa. Apesar dos riscos, é um serviço pouco cansativo", afirma.

Entre as muitas modalidades de vendedores de rua, a pandemia incentivou o delivery de feira. Estudante de geografia, Andreлина Santos, 23, mora no bairro Vila Paraíso, em Guarulhos, e vende mandioca, batata-doce, inhame, milho, coco e diversas espécies de abóbora. Tudo é divulgado pela página Macaxeira, nas redes sociais.

"Sempre trabalhei com o comércio ao ar livre em feiras, mas, para manter meu rendimento, foi necessário fazer entregas e essa nova logística."



POLÍTICA

"Vocês vão ter surpresas", diz Rui sobre as três mudanças no secretariado; publicação sai nesta terça (18)



17 de Maio de 2021 às 09:07 Por: Dinaldo Silva / BNews Por: Luiz Felipe Fernandez e Victor Pinto

A minireforma do secretariado que aconteceria neste fim de semana não vingou. Contudo, questionado pelo BNews sobre o assunto, o governador Rui Costa (PT) confirmou três mudanças que devem ocorrer no primeiro escalão e serão publicadas no Diário Oficial desta terça-feira (18) e ainda provocou: "vocês vão ter surpresas do que estão especulando", disse.

“Resolvemos não publicar no fim de semana. Ia fazer uma mudança, mas vou fazer mais mudanças. Amanhã deve sair, vocês devem ter matérias. Serão três mudanças”, completou nesta segunda-feira (17) pela manhã.

Surpresas ou não, as movimentações da secretaria da Agricultura e a do Turismo são as mais aguardadas. A primeira por ter um indicado do PDT, Lucas Costa, que já havia sido informado por telefonema pelo gabinete do governador da sua possível saída. O rompimento da sigla com a base de Rui já fora anunciado, o que leva a conclusão que esse espaço deve ser aberto, assim também como a Junta Comercial, que tem a frente a ex-vereadora Andrea Mendonça, irmã do presidente do PDT baiano, deputado Felix Mendonça Júnior.

A segunda ronda Fausto Franco. Da cota do PL para o Turismo, Franco sobreviveu, até então, a limpa feita pelo governador de indicados de outros membros da sigla, a exemplo do ex-deputado e presidente do partido José Carlos Araújo. A pressão exercida por outros partidos da base são recorrentes nos últimos meses. O Podemos, do deputado federal Bacelar, está de olho no cargo e que pretende indicar Maurício Bacelar para a função.

Outro destino a ser traçado será o Walter Pinheiro (sem partido). O ex-senador baiano foi exonerado do cargo de secretário do Planejamento para ceder a cadeira ao vice-governador João Leão (PP). Este, que deixou a secretaria de Desenvolvimento Econômico, abriu caminho para seu filiado, deputado Nelson Leal (PP), assumir a função. Esse foi o movimento mais recente feito por Rui no primeiro escalão.

Decisão do STF pode acelerar reforma tributária



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A consolidação da tese do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS/Cofins, reduzindo a **arrecadação** federal, deve ampliar a pressão para que outra ação semelhante, que trata do ISS (imposto sobre serviços, que é municipal), volte à pauta da Corte. O risco de um desfalque ainda maior na **arrecadação** do governo, por sua vez, deve mobilizar a equipe econômica para tentar acelerar a reforma tributária no Congresso Nacional e evitar um agravamento das contas, que já terão déficit próximo a R\$ 300 bilhões, considerando o peso das medidas emergenciais.

Nos últimos dias, cresceram as articulações em torno da definição de um nome para a relatoria de uma das 'fatias' da reforma definidas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em alinhamento com o time do ministro da Economia, Paulo Guedes.

deputado Luis Miranda (DEM-DF) está sendo cogitado como relator da parte da reforma que tratará dos tributos sobre consumo e renda. Seria basicamente a unificação de PIS e Cofins na chamada Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), embora uma ala do Congresso queira emplacar também a redução do Imposto de Renda das empresas e a cobrança de IR sobre lucros e dividendos distribuídos à pessoa física.

Apesar de ser do mesmo partido do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (RJ), o parlamentar se aproximou de Lira ainda durante a campanha do alagoano para o comando da Casa e ajudou na busca de votos para elegê-lo.

Aliados de Lira têm defendido o nome de Miranda para o posto, embora sua indicação não seja unanimidade. A interlocutores, o deputado do DEM tem narrado conversas com o presidente da Câmara desde janeiro para que ele assumisse a função. Técnicos do Congresso veem com bons olhos a nomeação de Miranda, dado seu conhecimento sobre o tema.

Nos bastidores, o candidato a relator já tem se movimentado e, na quarta-feira, teve uma reunião com representantes dos Fiscos de todo o País. Ao Estadão/Broadcast Político, ele preferiu não comentar a possibilidade de assumir o posto, mas disse estar à disposição de Lira.

Pressão

Segundo apurou o Estadão/Broadcast Político, o

Para o economista-chefe da RPS Capital, Gabriel Leal

de Barros, a decisão do STF vai forçar o avanço de alguma versão da reforma tributária. 'A perda fiscal é muito grande para não fazerem nada. O Congresso precisa entrar em algum consenso e aprovar alguma reforma. Não tem como absorver um buraco fiscal como esse.'

O tributarista Luiz Bichara, sócio do Bichara Advogados, também entende que o veredicto do STF tende a mobilizar o governo e o Congresso para evitar perdas dramáticas na **arrecadação**. 'A decisão do STF vai provavelmente apressar a Contribuição sobre Bens e Serviços (unificação do PIS/Cofins).'

Por outro lado, o fim do julgamento sobre o ICMS deixou o terreno pronto para que outras ações desse tipo voltem à pauta. É o caso da ação que pede a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/Cofins, que pode resultar em perda de R\$ 32,3 bilhões em cinco anos para a União.

Para a advogada Paula Las Heras, sócia-fundadora da LLH Advogados, a decisão sobre o ICMS abre precedente para que ISS e demais tributos incidentes sobre a receita sejam descontados da base de cálculo do PIS/Cofins. Isso ampliaria o problema para as contas da União. 'Estamos mais convencidos de que a modulação (no caso do ISS) seguirá a mesma linha. Só valerá para quem entrou até o julgamento da exclusão do ISS da base de PIS e Cofins, ou do PIS e Cofins das próprias bases de cálculo, ambos sem data definida de julgamento', disse.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: G1	
Data: 16/05/2021	Caderno: Economia



Governo classifica como 'perdas' mais de R\$ 2 trilhões em dívidas de taxas e tributos

Informação consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022, enviada ao Congresso em abril. Valor corresponde a 81% da dívida ativa da União.

Expectativa é recuperar R\$ 485 bi em 15 anos.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

16/05/2021 05h00 Atualizado há um dia

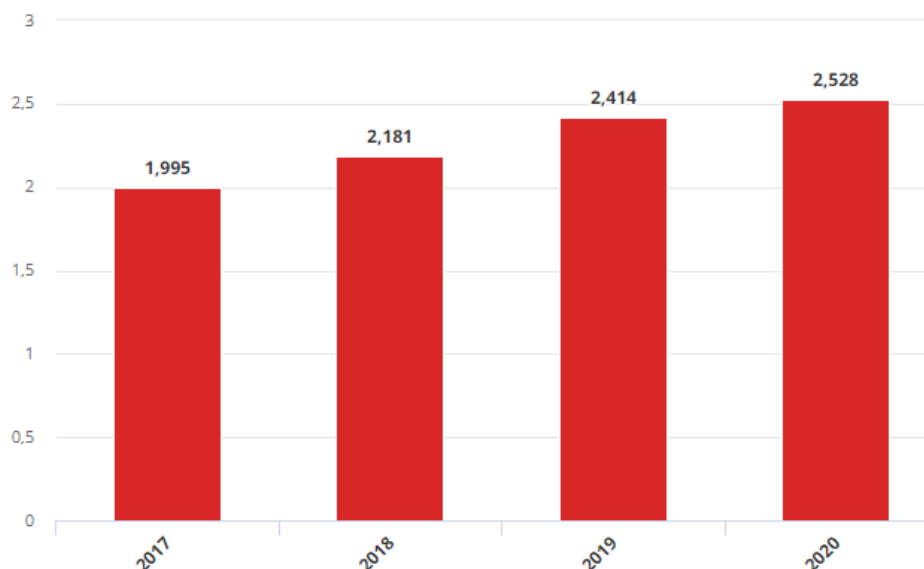
A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão ligado ao **Ministério da Economia**, classificou 81% dos débitos inscritos na dívida ativa da União como "perdas". A informação consta no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022, enviado ao Congresso Nacional em abril.

A estimativa do órgão é de que R\$ 2,04 trilhões, de uma dívida ativa total de R\$ 2,528 trilhões, não devem entrar nos cofres públicos.

"Há uma expectativa de recuperação/arrecadação de R\$ 485 bilhões dentro dos próximos 15 anos, com impacto, predominantemente, primário [recursos orçamentários]", diz o órgão.

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

(em R\$ trilhões)



Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

A **dívida ativa da União** é resultado de taxas públicas ou tributos não pagos pelos contribuintes, pessoas físicas ou empresas.

Os valores são inscritos na dívida ativa somente depois que o prazo de recolhimento é encerrado e as tentativas de cobrança amigável não prosperam.

Se o contribuinte entra com recurso administrativo, como no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), é preciso aguardar o final do processo.

De acordo com Cristiano Neuenschwander, procurador-geral adjunto de Gestão da Dívida Ativa da União e do FGTS, isso não quer dizer, porém, que os valores tratados como "perdas" não serão cobrados.

"É uma norma de contabilidade, de prudência, ou seja, não posso contar com isso aqui. Mas isso não significa que vou extinguir o débito de forma imediata. É cobrado, mas a gente encontra várias situações", explicou ele. Na previsão de perdas, disse o procurador, há situações de empresas que fecharam, há outras em falência — com disputa de credores pela "massa falida" —, além fraudes (com o governo buscando identificar os devedores) e débitos contestados judicialmente, entre outras.

Ele lembrou que a PGFN disponibiliza, **em sua página na internet**, uma lista com os devedores. Não estão incluídos, porém, contribuintes com débitos parcelados, integralmente garantidos ou suspensos por decisão judicial.

Passaporte tributário

Enquanto a área econômica discute no âmbito da **reforma tributária uma proposta de "passaporte tributário"** para limpar as dívidas das empresas, o

ministro da Economia, Paulo Guedes, **defende a negociação individual com cada devedor**, processo conhecido como "transação tributária" — conduzido pela PGFN.

Na semana passada, por meio do processo de transação tributária, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional assinou um acordo com o **Grupo Itaminas, representado pelo empresário e fundador do Inhotim**, Bernardo Paz, para abater a dívida tributária bilionária das empresas com a União.

Em audiência pública no Congresso Nacional no começo de maio, Guedes disse que uma nova edição do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) não é o melhor caminho.

"Não é que eu seja contra com o Refis. Nós já tivemos quatro, cinco, seis, sete Refis. Nós preferimos desenhar uma nova ferramenta, que é a transação tributária", disse, na ocasião.

Se a empresa está "quebrada", afirmou o ministro Guedes, consegue realizar uma transação tributária e pagar valores reduzidos, de acordo com suas possibilidades, para limpar o cadastro.

"Não adianta fingir que ele vai se recuperar. Não tem condição de se recuperar. Fechou o restaurante. Em vez de ficar com a ficha suja, faz uma transação tributária, paga o que for possível e está zerado com a administração tributária", explicou na última semana.

Em fevereiro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), pediu que o governo **reedite o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)** para ajudar empresas e pessoas afetadas pela pandemia. Ele disse ter um projeto pronto desde o ano passado.

Transação individual

Segundo Cristiano Neuenschwander, da PGFN, a chamada "transação tributária", que teve início em abril do ano passado, é uma "solução permanente" que traz a possibilidade de os contribuintes pessoas físicas e empresas acertarem suas contas com o governo federal de acordo com sua capacidade individual de pagamento.

Números do órgão mostram que já foram negociados, com base na lei de transação tributária, dívidas de cerca de R\$ 90 bilhões, em aproximadamente 300 mil acordos.

"A lei coloca várias possibilidades de acordo, desde alongamento do prazo, prazo diferenciado, e pode também dar desconto. Esse desconto tem uma faixa. Para pessoas físicas, micro empresa e empresa de pequeno porte, o desconto vai até 70% da dívida, com prazo de até 145 meses. Para as

demais pessoas jurídicas, há uma previsão de 84 meses e até 50% de desconto", disse ele.

O procurador avaliou que esse procedimento é mais adequado do que o formato do Refis, instituído por várias vezes no passado e que concedeu descontos iguais para todos os contribuintes, mesmo para aqueles com "alta capacidade de pagamento".

"A gente consegue eliminar [com a transação tributária] o problema do Refis de contribuinte com alta capacidade de pagamento, de empresas que não precisavam receber descontos. Se abrir um Refis hoje, essas empresas vão poder pagar o tributo com desconto e com prazo alongado", afirmou.

De acordo com Neuenschwander, o procedimento de transação tributária é automatizado, **e pode ser feito pela internet** — o devedor entra no sistema, preenche as informações solicitadas, e recebe na hora uma proposta para resolver suas pendências com base nas informações prestadas. Segundo ele, também existe a possibilidade de negociação presencial, nas unidades da PGFN.

A PGFN estimou que serão recuperados R\$ 24,89 bilhões da dívida ativa neste ano, R\$ 25,93 bilhões em 2022, R\$ 28,22 bilhões em 2023 e R\$ 30,11 bilhões em 2023. Esses recursos entram no orçamento da União para gastos correntes e investimentos.

Além da "transação tributária", o órgão também conta com o ingresso de recursos em processos normais de cobrança, nos quais o contribuinte realiza o pagamento integral após perder na Justiça, ou parcela os valores com a PGFN.

Veículo: G1	
Data: 14/05/2021	Caderno: Política



Entenda a decisão do STF que definiu que a retirada do ICMS do cálculo do PIS e Cofins vale desde 2017

Tribunal havia decidido em 2017 excluir o ICMS da base de cálculo e, nesta quinta, definiu que o entendimento não vale para casos anteriores a essa data. Empresas com ações na Justiça poderão receber ressarcimento.

Por G1 — Brasília

14/05/2021 11h49 Atualizado há 2 dias

O Supremo Tribunal Federal (STF) **[decidiu na quinta-feira](#)** (13) que a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo de PIS e Cofins vale desde 2017.

Veja abaixo perguntas e respostas sobre o que significa a decisão na prática **O que são ICMS, PIS e Cofins?**

- O **ICMS** (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é um imposto estadual, cobrado sobre a venda de produtos. As tarifas variam de acordo com o tipo de mercadoria.
- O **PIS** (Programa de Integração Social) é uma contribuição tributária federal paga por empresas para compor benefícios a trabalhadores do setor privado. Está ligada ao faturamento da empresa.
- A **Cofins** (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) também é um tributo federal pago por empresas, destinado à previdência social, saúde pública e assistência social. Também está ligada ao faturamento da empresa.
-

O que o STF decidiu?

O tribunal definiu em março de 2017 que, ao ser calculado o valor que as empresas devem pagar de PIS e Cofins, deve ser excluído o que elas já pagaram de ICMS. Nesta quinta, o STF decidiu que esse entendimento vale a partir de março de 2017, e não antes.

O que a decisão muda na prática?

Empresas que, de março de 2017 até hoje, pagaram PIS e Cofins usando uma base de cálculo que incluía o ICMS, têm direito ao ressarcimento do valor que pagaram a mais. Também têm direito as empresas que contestaram o tema na Justiça antes de março de 2017 para reaver valores pagos antes dessa data.

O que isso representa para o governo federal?

A decisão do STF, em tese, vai diminuir o que atualmente é pago pelas empresas em PIS e Cofins. O Ministério da Economia ainda não divulgou o valor exato do impacto.

Ao longo do processo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional chegou a dizer ao STF que, se a decisão retroagisse para antes de 2017 (o que não foi o caso), a União perderia mais de R\$ 250 bilhões.

E para o consumidor?

Em tese, com a decisão do STF, os preços dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas diminuiriam, já que a base para o cálculo do PIS e do Cofins será aliviada do ICMS. Mas vários outros fatores compõem o preço de um produto.

Teto reduziu custo de lojas com cartão de débito

BC definiu limite para tarifas de intercâmbio em 2018

Por Estevão Taiar e Talita Moreira — De São Paulo

17/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Duarte, do BC: “Não adiantava tomar medida radical, trazer os valores [das tarifas] muito para baixo e desincentivar o uso” — Foto: Raphael Ribeiro/BCB

O teto implantado há quase três anos nas tarifas de intercâmbio do cartão de débito cumpriu o objetivo de reduzir custos para os lojistas que aceitam esse meio de pagamento, mostra estudo elaborado pelo Banco Central (BC) e antecipado para o **Valor**.

O relatório, que será divulgado hoje pelo regulador, mostra que a taxa de desconto (MDR, na sigla em inglês) cobrada dos estabelecimentos sobre o valor das transações com débito caiu de 1,4% em outubro de 2018 - quando a medida foi implantada - para 1,12% em março do ano passado. A análise não se estende além desse prazo porque, de acordo com o BC, ainda não é possível isolar esse efeito em meio às mudanças bruscas de comportamento na pandemia. Esta é a primeira vez que o órgão faz um balanço dos efeitos da intervenção.

O intercâmbio é uma tarifa definida pelas bandeiras para remunerar os emissores dos cartões (bancos e fintechs). Ele é um dos componentes da taxa de desconto. Dentro do MDR, estão embutidos o intercâmbio, a taxa de remuneração das bandeiras dos cartões e a margem que sobra para remuneração das credenciadoras (as donas das “maquininhas”).

O uso relativamente baixo do débito no Brasil levou o regulador, em 2018, a estabelecer o limite de 0,8% para as tarifas de intercâmbio da modalidade, com a condição de que a média ponderada trimestral não passasse de 0,5%. Antes da mudança, a média estava em 0,79%. A medida veio com o objetivo principal de diminuir as taxas cobradas dos comerciantes e, conseqüentemente, o valor pago pelos consumidores, num momento em que se pretendia estimular meios de pagamento eletrônicos e tornar mais transparentes os preços do setor.

O efeito se deu gradualmente. O estudo mostra que, entre o último trimestre de 2018 e o primeiro trimestre de 2020, o repasse para os lojistas da redução de custos das credenciadoras com as tarifas de intercâmbio saltou de 17% para 64%. Dito de outra forma, cada redução de 1 ponto percentual nos custos das credenciadoras com a tarifa levava, na medição mais recente, a uma redução de 0,64 ponto nas despesas dos estabelecimentos comerciais.

“Nós não tínhamos um valor a ser atingido, mas consideramos que [o resultado] foi bastante positivo”, diz o chefe do Departamento de Competição e Estrutura do Mercado Financeiro (Decem) do BC, Ângelo Duarte.

De acordo com Emerson Schmitz, chefe da divisão de pesquisas e estudos aplicados, estrutura de mercado e análise de concentração do BC, hoje já se veem estabelecimentos que dão descontos para quem paga com débito.

Como o MDR é definido livremente pelas credenciadoras, quando o teto do intercâmbio foi adotado o BC não tinha como assegurar que esse repasse de fato aconteceria. Era um movimento de alguma forma esperado, dada a forte competição entre essas empresas. Mas, na época, as taxas de desconto sobre os cartões de débito não vinham caindo na mesma magnitude que as dos cartões de crédito - daí a decisão do regulador de intervir. “A queda se acentuou com a medida”, afirma Daniel de Castro, chefe de divisão no BC.

Havia um risco nessa estratégia: o de que os emissores, ao receber uma remuneração mais baixa, deixassem de emitir cartões de débito. Porém, segundo o BC, esse efeito não se verificou na prática, e a modalidade continuou crescendo, apesar de a medida ter resultado numa queda de 32% na receita média com intercâmbio por cartão ativo. “Não adiantava tomar uma medida radical, trazer os valores [das tarifas] muito para baixo e desincentivar o uso”, afirma Duarte.

As proporções de volume e quantidade de transações com cartões de crédito e débito não se alteraram depois da regra. No primeiro trimestre deste ano, o valor movimentado no débito correspondeu a 36,6% do total de compras com cartões. Essa fatia permanece relativamente estável há anos. Desde 2018, os cartões em geral ganharam importância, avançando sobre o dinheiro em espécie. Saltaram de uma participação de 32,6% no consumo das famílias há três anos para 47,7% no início de 2021, segundo a Abecs, associação das empresas do setor.

“O mercado continuou se desenvolvendo e o número de POS [maquininhas] aumentou”, afirma Monique Azevedo, analista do BC.

O teto vale atualmente apenas para pagamentos com cartões de débito em lojas físicas. Mas, com os resultados, entrou no radar do BC a possibilidade de estender o limite para as compras on-line. O débito ainda representa apenas 2% do volume de pagamentos remotos com cartões, segundo a Abecs. No entanto, o chefe do Decem afirma que há certo “amadurecimento” nas transações virtuais, e já seria possível uma unificação de regras. Duarte diz, porém, que essa é uma decisão que cabe à diretoria do BC.

Quando a regra foi adotada, o on-line ficou de fora porque era irrisório e porque tinha custos mais elevados para os emissores, com risco de fraude maior. Nos últimos anos, as bandeiras vêm investindo em padronização e medidas de segurança para estimular pagamentos com débito na internet. A modalidade também deverá ganhar impulso com o WhatsApp Pay, que roda sobre o sistema de cartões.

Em 2019, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, chegou a sinalizar que poderia mexer também no intercâmbio dos cartões de crédito, mas com a pandemia o

assunto esfriou. Uma alteração nesse caso seria bem mais complexa por causa dos subsídios cruzados existentes no segmento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Blusa Plus Size Feminina Ciganinha Xadrez

R\$ 69.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 56.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Pessoas com dores nas costas devem usar isso

CI-ACTIVE

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

O que nunca fazer com um cão que tem mais de 10 anos?

PETVI

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Dólar opera em alta em meio à aversão a risco no exterior

Investidores avaliam ainda projeções contempladas no Boletim Focus

Petrobras perto de antecipar meta de redução da dívida

Investidores serão beneficiados com distribuição de mais dividendos, mas riscos associados à estatal continuam

Por André Ramalho e Gabriela Ruddy — Do Rio

17/05/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas





Presidente da Petrobras, Silva e Luna pede confiança de investidores em mensagem gravada em vídeo para analistas —
Foto: Divulgação

Impulsionada por uma forte geração de caixa, a Petrobras se aproxima de sua meta de redução da dívida e alimenta as expectativas de que, mantido o ritmo de desalavancagem e de recuperação dos preços do petróleo, a nova política de dividendos da empresa seja antecipada. As perspectivas positivas para remuneração aos acionistas se refletem na recuperação recente das ações da petroleira. Embora a confiança do mercado sobre a nova gestão da companhia dê sinais de melhora, porém, os riscos associados à intervenção do governo na política de preços da estatal ainda não estão dissipados.

Embaladas pelos resultados positivos do primeiro trimestre e pelo discurso de continuidade da nova administração, as ações da Petrobras atingiram, na sexta-feira, o maior valor de mercado desde 19 de fevereiro - quando o presidente Jair Bolsonaro anunciou a destituição de Roberto Castello Branco e indicou o general Joaquim Silva e Luna para comandar a estatal.

Novo time de diretores da Petrobras adota tom de continuidade em primeira conversa com investidores

Os papéis ordinários da empresa encerraram o pregão de sexta com alta de 4,3%, a R\$ 25,64. O valor indica uma recuperação frente aos patamares na casa dos R\$ 20 do pregão seguinte à indicação de Silva e Luna, em fevereiro, mas ainda está abaixo dos níveis de R\$ 28 registrados na véspera do anúncio. A petroleira brasileira vem, aos poucos, retomando o interesse do investidor, impulsionada pela alta recente dos preços do petróleo e pela boa performance financeira.

Mesmo durante a pandemia de covid-19, a companhia conseguiu, no intervalo de um ano, cortar em 20,5% a dívida bruta - o equivalente a US\$ 18,2 bilhões entre março do ano passado e igual mês de 2021, para US\$ 70,9 bilhões. A trajetória de desalavancagem vem sendo mantida sistematicamente. Em abril, a estatal pagou mais US\$ 3,2 bilhões, aproximando-se do alvo de endividamento traçado para 2021, de US\$ 67 bilhões.

Se mantido o ritmo dos últimos trimestres, a tendência é que a estatal antecipe, para este ano, o cumprimento da meta de redução da dívida para US\$ 60 bilhões, esperado para 2022. A política de dividendos da empresa estabelece que, a partir do momento em que o endividamento cair para um nível inferior a esse patamar, uma nova sistemática de remuneração aos acionistas será acionada, abrindo espaço, na prática, para o aumento dos valores pagos aos investidores - por meio de uma fórmula que prevê a distribuição de 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e investimentos.

“Temos trabalhado para chegar à meta [de redução da dívida] o mais rápido possível. Estamos usando todo fluxo de caixa livre para reduzir o endividamento”, disse o novo diretor financeiro da Petrobras, Rodrigo Alves, durante teleconferência com investidores.

As chances de uma possível antecipação da política de dividendos da Petrobras foram levantadas por analistas do Credit Suisse, na sexta-feira. Com os preços do barril do petróleo entre US\$ 65 e US\$ 70, segundo o banco, é possível que a companhia acione a nova fórmula ainda em 2021. Os analistas, porém, ainda mantêm a cautela sobre os riscos associados à intervenção de Bolsonaro na troca do comando da estatal.

Depois de um turbulento processo de sucessão na Petrobras, a nova administração da companhia adotou um tom de continuidade em seu primeiro encontro com investidores, durante a teleconferência sobre os resultados do primeiro trimestre, na sexta-feira.

Indicado para a presidência da estatal sob a desconfiança por parte do mercado, Silva e Luna ficou de fora da conversa com analistas. Coube ao time de diretores responder aos principais anseios do mercado e negar mudanças bruscas nos pilares do atual plano estratégico. Em sua única participação na teleconferência, o general, por meio de uma mensagem gravada em vídeo, pediu a confiança dos investidores e sinalizou para a continuidade de algumas das bases do atual plano de negócios, como a venda de ativos e os investimentos concentrados no pré-sal.

O general, porém, manteve o silêncio sobre o principal objeto de dúvidas no mercado sobre a nova gestão: os preços dos combustíveis. O tema foi respondido pela equipe técnica, que sinalizou para manutenção do alinhamento aos preços internacionais. Enquanto o novo diretor de comercialização e logística, Cláudio Mastella, afirmava a investidores que a estatal segue com “liberdade e independência” em sua política de preços, Bolsonaro, no entanto, dava sinais trocados. “Estamos trabalhando com o novo presidente da Petrobras em como diminuir o preço do botijão de gás na origem. Hoje está em R\$ 42, dá para diminuir”, disse na sexta-feira, no Mato Grosso do Sul.

Mesmo mantidas as incertezas, há quem veja mudanças favoráveis na tese de investimentos da Petrobras. O Itau BBA elevou a recomendação de compra das ações da petroleira, ao citar que os riscos que levaram os analistas a uma visão mais conservadora “foram reduzidos ou se tornaram menos relevantes pelo cenário mais favorável das commodities”.

O Itau alega que a “reação silenciosa” dos caminhoneiros em relação ao fim do subsídio do PIS-Cofins sobre o diesel, a indicação de funcionários de carreira para a diretoria da Petrobras e a sinalização de Silva e Luna para a manutenção das premissas do plano estratégico da estatal trouxeram “melhorias na percepção de risco” sobre a empresa. Em suas simulações, o banco defende que a Petrobras “ainda geraria muito caixa” num cenário em que adotasse preços abaixo da paridade de importação.

Já o analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman, destaca que a nova gestão da Petrobras “passou com êxito” num primeiro teste, ao adotar um discurso de que não haverá rupturas. Segundo ele, porém, ainda há “questões sobre a mesa”, por exemplo, em relação à política de preços. “O mercado recebeu bem o posicionamento, mas agora temos que ver não só as intenções, mas o que será feito na prática”, disse ele, citando a proximidade do calendário eleitoral e seus efeitos sobre a estatal.

Arbetman lembrou ainda que os bons números do primeiro trimestre são um legado da gestão de Castello Branco - que saiu do cargo em abril - e afirmou que os resultados, a partir do segundo trimestre, ilustrarão melhor o perfil da nova gestão da Petrobras.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Psiu! Você esqueceu seu sérum preenchedor de rugas no carrinho! Corre que dá tempo!

DIATENA OFICIAL

Brasil quer corte de 20% da TEC, com ou sem Argentina

Futuro das tarifas de importação será definido no dia 8, durante reunião em Buenos Aires

Por Daniel Rittner — De Brasília

17/05/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas



Lucas Ferraz: “Não dá para passar mais 20 anos negociando um acordo e mais 30 anos com estagnação da produtividade” — Foto: Luciana Whitaker/Valor

Os ministros de Economia e das Relações Exteriores do Mercosul agendaram uma reunião extraordinária para definir o futuro da Tarifa Externa Comum (TEC). O encontro deverá ocorrer presencialmente, no dia 8 de junho, em Buenos Aires. Brasil e Argentina divergem frontalmente.

Em entrevista ao **Valor**, o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz, disse que o governo brasileiro não abrirá mão da proposta de reduzir a TEC em 20%. Serão duas rodadas de cortes unilaterais das tarifas de importação, uma de 10% imediatamente e outra de mais 10% em dezembro, de forma linear entre todos os setores. “Não queremos escolher vencedores e perdedores”, ressalta.

Ferraz deixa claro que o Brasil se recusa a adotar, para si próprio, a ideia argentina. Buenos Aires propõe diminuir ou eliminar alíquotas sobre cerca de 4 mil linhas tarifárias. No total, existem quase 10,3 mil nomenclaturas comuns do Mercosul (NCMs), que designam produtos ou grupos de produtos.

O foco, segundo Ferraz, são principalmente bens intermediários ou manufaturados que o país vizinho não fabrica. Muitos já têm a TEC em torno de 2% e haveria redução para zero. Dadas essas características, na avaliação do secretário, haveria pouco esforço real de abertura da economia e estaria aquém do pretendido pelo governo Jair Bolsonaro.

As tarifas do Mercosul são relativamente elevadas para padrões mundiais: 35% para automóveis, ônibus, têxteis e vestuário; 32% para calçados; 27% para vinhos; até 16% para máquinas e equipamentos; 12% para aparelhos elétricos.

Solução a ser sugerida pelo Brasil: cada um - incluindo Uruguai e Paraguai - ficaria liberado para reduzir as tarifas da forma como preferir. Depois, se quiser e quando sentir que existe espaço para isso, a Argentina poderia unificar novamente suas alíquotas com o Brasil. "A gente pode reduzir agora, eles podem se juntar a nós depois", afirma o secretário.

Questionado se isso não representaria uma espécie de "implosão" da TEC, que é base de uma união aduaneira como o Mercosul se apresenta ao mundo (em vez de uma simples zona de livre-comércio), Ferraz discorda. Ele argumenta que cerca de 35% dos produtos no Mercosul já possuem alíquotas diferentes entre os sócios, devido às listas de exceções e regimes diferenciados. Na prática, alega, a tarifa comum sobre bens de fora do bloco é ilusória.

"O Tratado de Assunção [pilar jurídico do Mercosul assinado em 1991] é uma peça de ficção. A TEC é cheia de perfurações", afirma Ferraz, que acrescenta logo em seguida. "Não concordamos com a tese de que queremos implodir o bloco. Queremos modernizá-lo. Não dá para passar mais 20 anos negociando um acordo e mais 30 anos com a produtividade estagnada."

Duas décadas foi o tempo que o Mercosul levou para fechar um acordo de livre-comércio com a União Europeia - ainda travado para efetiva assinatura e posterior

ratificação pelo Parlamento Europeu, devido às ressalvas de muitos países da UE sobre as políticas ambientais de Bolsonaro.

Uma proposta do Uruguai, com endosso do Brasil, prevê a flexibilização da norma que exige, dos quatro sócios, negociar juntos - como bloco único - com outros países ou regiões. É uma das regras geralmente seguidas por uniões aduaneiras, como o Mercosul.

Depois do tratado com UE e com EFTA (Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein), também pendente de assinatura, o bloco tem negociações avançadas com Canadá, Coreia do Sul e Cingapura.

Nos próximos dias, o governo lançará consulta pública para ouvir do setor privado quais são os interesses em duas novas tentativas de acordo, com Indonésia e com Vietnã. A consulta terá duração de 60 dias e as negociações devem ser lançadas no segundo semestre.

As decisões no Mercosul são tomadas por consenso. Ferraz deixa no ar a resposta brasileira caso os argentinos rejeitem as propostas de redução da TEC e de maior flexibilidade para negociar acordos comerciais. "A nossa ideia é trabalhar em um Mercosul 2.0. Se nada acontecer, vamos estudar as possibilidades. O que não queremos é perder o bonde mais uma vez."

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 56.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Blusa Plus Size Feminina Ciganinha Xadrez

R\$ 69.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Congresso deve investigar Saúde e continuar reformas

O Brasil tem uma fila de reformas e privatizações que precisa andar

17/05/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid tem atraído imensa atenção da sociedade. Não sem razão. Com o país batendo a marca de 430 mil mortes, boa parte delas evitáveis, é natural a busca por responsáveis. Semana passada, Fabio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação do presidente Jair Bolsonaro, forneceu uma pista importante sobre a responsabilidade do governo federal nisso.

Ao apresentar documento mostrando que a farmacêutica Pfizer ficou dois meses sem qualquer resposta do Executivo sobre uma oferta de imunizantes, Wajngarten deixou clara a negligência de Bolsonaro e sua equipe, ainda que tenha buscado em

todo o seu depoimento absolver seu ex-chefe. Também na CPI, o gerente-geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo, piorou a situação do governo. Ele contou que a empresa fez ao menos seis ofertas para fornecer até 70 milhões de vacinas, o que foi viabilizado só neste ano. Até o vereador carioca Carlos Bolsonaro, filho do presidente, participou de reunião sobre o assunto, mas a má gestão do enfrentamento à pandemia impediu que o país já tivesse aplicado 18,5 milhões de doses do imunizante.

O que surge na CPI é grave e a situação do governo - e de Bolsonaro - pode se complicar, embora o STF tenha beneficiado o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello com a prerrogativa de poder ficar calado e não ser ameaçado de prisão, o que ocorreu com Wajngarten. O trabalho da comissão é fundamental para o país e espera-se que ela contribua para acelerar a vacinação e promover uma gestão efetivamente responsável na pandemia. Além, é claro, de responsabilizar os culpados.

A importância dessa investigação, porém, não deve servir de pretexto para que outras agendas relevantes e urgentes para o país sejam paralisadas no Congresso. O Brasil tem uma fila de reformas e privatizações que precisa andar. As mudanças nas regras para o funcionalismo público e no sistema de impostos e contribuições estão nas prioridades.

A reforma administrativa está na Câmara e parece ter caminho mais aberto para avançar - nesta semana está prevista sua votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Obviamente são esperados ajustes, porém deve-se evitar o afastamento dos objetivos iniciais: gerar economia de gastos e maior eficiência dos servidores públicos.

Na tributária, apesar de o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) ter sido apresentado, o cenário é mais nebuloso. Isso ocorreu por decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), contra tramitação do texto em nome de uma reforma “fatiada”, como defendida pelo Ministério da Economia.

Conforme mostrou o **Valor** na sexta-feira, essa reforma em pedaços tem o capítulo da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que já está na Câmara, e deve ter um novo projeto de lei do governo tratando também das mudanças no Imposto de Renda de empresas e famílias. Ao Senado, caberia discutir o “passaporte tributário”, uma grande renegociação de dívidas com o Fisco cujo objetivo seria preparar as empresas para trabalharem no novo sistema de impostos e contribuições.

Lira prometeu organizar a tramitação da reforma tributária nesta semana. Ainda que se discorde do que o chefe da Câmara fez com o projeto de Aguinaldo, se o modelo fatiado prosperar já será uma boa evolução para o país - ressaltando que há ajustes necessários para fazer na CBS, como a inclusão de outras alíquotas para aliviar seu impacto sobre a carga tributária do setor de serviços.

Outro tema da maior importância é a agenda de privatizações, sendo a da Eletrobras a mais relevante. O assunto é espinhoso, mas dá sinais de avanços e sua conclusão seria um positivo sinal. Ajudaria a melhorar as expectativas para a economia e a situação fiscal.

Com tanto a fazer, os congressistas precisarão ter maturidade para não deixar que as fundamentais discussões da CPI no Senado contaminem o processo legislativo.

Ainda que a maior parte das medidas hoje esteja na Câmara, as Casas são vasos comunicantes e o que os deputados aprovarem terá que ser ratificado no Senado. Isso exige negociações bem feitas e discussões aprofundadas, o que, diga-se, foi

prejudicado com a mudança no regimento da Câmara para diminuir o poder de voz da oposição.

Está claro que o desafio do Congresso é realizar uma apuração profunda dos desmandos na crise sanitária, mas sem descuidar de seu papel de melhorar o ordenamento econômico brasileiro. Não é pouca coisa e pode fazer toda a diferença para o futuro do país.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias

CI-ACTIVE

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

O que nunca fazer com um cão que tem mais de 10 anos?

PETVI

LINK PATROCINADO

Marca alemã de automóveis lança óculos de alto padrão com preço justo

THINGTEX

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021 agora com 70% de desconto!!

LOJA KINGS

 **COMENTÁRIOS**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 15 a 17/05/2021	Caderno: Economia



Decisão sobre ICMS vai destravar ações de empresas, dizem especialistas

Em julgamento nesta semana, Supremo definiu alcance de exclusão do imposto no cálculo do PIS e da Cofins; para algumas companhias, no entanto, percepção é de que nada muda

Matheus Piovesana, O Estado de S. Paulo

15 de maio de 2021 | 05h00

A **decisão anunciada na quinta-feira pelo Supremo Tribunal Federal (STF)**, que resolveu uma disputa em torno do **ICMS** entre empresas e governo de mais de 20 anos, deve destravar uma série de ações para a recuperação de impostos pagos pelas companhias. Também abre espaço para que outras ações sejam protocoladas. Para companhias que já receberam créditos, a percepção é de que nada muda com a decisão. O **STF** decidiu em março de 2017 que a inclusão do ICMS na base de cálculo do **PIS/Cofins** era inconstitucional. A **União** entrou com o chamado embargo de declaração, pedindo o esclarecimento da decisão. Era uma tentativa para reduzir o impacto fiscal da mudança, mas a tese da União foi derrotada.

Na quinta-feira, o STF definiu que a sentença deve valer já considerando o período a partir de março de 2017. O entendimento contrariou o governo, que pleiteava que essa regra só passasse a contar a partir do julgamento ocorrido nesta semana.

Paralelamente, foi decidido ainda que o ICMS a ser retirado da base de cálculo do PIS/Cofins pago pelas empresas deve ser o “destacado” na nota fiscal, que é maior que o efetivamente recolhido.

Apoiadas pela primeira decisão do STF, empresas que haviam entrado antes de 2017 com pedidos de devolução dos impostos saíram vitoriosas. Nos cálculos, foram gerados

créditos bilionários – somente a **Petrobrás** conseguiu, em 2020, direito a reaver R\$ 16,9 bilhões, já incluídos no balanço do segundo trimestre do ano passado. A petroleira diz que pode ampliar esse crédito com o uso do ICMS destacado nos cálculos.

Nesses casos, as ações eram bem mais antigas do que a decisão de 2017 do STF. Com isso, as empresas conseguiram reaver créditos referentes a um período maior – a petroleira, por exemplo, obteve créditos a partir de outubro de 2001. Nos últimos meses, porém, processos em andamento tiveram a tramitação suspensa

pelos **Tribunais Regionais Federais (TRFs)** a pedido da **Fazenda Nacional**, à espera justamente da decisão do STF. Agora, esses processos devem voltar a andar.

“Os Tribunais vão aplicar direto (a decisão do STF), e acredito que a Fazenda não vai interpor recurso, porque seria sem efeito”, diz **Anna Flávia Izelli, especialista em direito tributário do Felsberg Advogados**. “Teremos uma maior efetividade do direito que os contribuintes estavam postulando.”

Volume

Consideradas as principais empresas com capital aberto na **B3**, foram concedidos desde o ano passado R\$ 23,6 bilhões em créditos fiscais, de acordo com levantamento do **Estadão/Broadcast**. Nomes como as varejistas **Renner** e **GPA** obtiveram créditos acima de R\$ 1 bilhão. A Renner já utilizou o crédito que recebeu. O GPA deve aplicá-lo ao longo de cinco anos. Procuradas, as empresas não se manifestaram até a conclusão desta edição.

O veredicto do STF permite que empresas que não reclamaram créditos fiscais até aqui entrem com recurso, mas neste caso elas terão desvantagem: segundo especialistas, não recuperarão créditos anteriores a 15 de março de 2017. Apenas quem entrou com processos antes disso poderá reaver pagamentos de um período maior.

“Se a empresa entrou com recurso antes de 2017, o crédito (de períodos anteriores) está garantido”, diz **Ricardo Costa, coordenador tributário do FNCA Advogados**.

Ele dá o exemplo de um processo em que está envolvido, de uma montadora de automóveis. A companhia entrou com pedido de restituição de “centenas de milhões” em impostos em 2007. Ou seja: poderia ter os créditos dos cinco anos anteriores, como define a lei, e de todo o período posterior.

Por enquanto, a Receita seguirá cobrando o PIS/Cofins considerando o ICMS porque seu sistema só pode ser alterado após parecer da Procuradora Geral da Fazenda Nacional que esclareça que o órgão não entrará com novos recursos à decisão. O mesmo trâmite foi adotado nas mudanças de tributação do salário-maternidade, em 2020. Não há data para que o parecer seja emitido.

Anna Flávia, do Felsberg, afirma que as empresas são obrigadas a continuar pagando o imposto nos moldes antigos até que o sistema da Receita seja alterado, mas podem reaver esses valores posteriormente por meio de recurso. Outra opção é deixar de pagar. Neste caso, a companhia fica sujeita a autuação por parte da Receita, mas provavelmente será derrubada.

A **Confederação Nacional da Indústria (CNI)** considerou **positivo o desfecho do julgamento**, mas lamentou que apenas as empresas que entraram com recursos antes de março de 2017 tenham direito a fazer retroagir decisões favoráveis, para recuperar créditos em um período mais longo. /**COLABORARAM FERNANDA NUNES, DENISE LUNA E EDUARDO RODRIGUES**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 15 a 17/05/2021	Caderno: Economia



Efeitos jurídicos da modulação do STF na exclusão do ICMS para apurar PIS e Cofins

Halley Henares Neto*

15 de maio de 2021 | 07h00

Halley Henares Neto. FOTO: DIVULGAÇÃO

Os efeitos jurídicos da decisão do Supremo Tribunal Federal que modulou o alcance da decisão sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Confins extrapolam o caso julgado ontem, 13/5/2021. Numa primeira observação sobre os conceitos utilizados, o contexto nos quais foram aplicados, as referências citadas e a recorrente utilização de subterfúgios para fundamentar argumentos contra situações factuais, pode-se entender o *leitmotiv* para expressar preocupação dominante em equilibrar política e financeiramente mais uma disputa gerada pelo Estado.

O que deve ficar claro é que, ao contrário do discurso prevalecente, a decisão do STF não impôs perda de estimados 230 bilhões de reais ao Estado. A modulação determina critérios para a devolução do que foi arrecadado indevidamente. E, infelizmente, afeta o direito dos titulares de 50 mil ações judiciais propostas pelos contribuintes após a decisão de 2017, como proclamado pelo Min. Alexandre de Moraes.

Estas 50 mil empresas são de médio porte, que por falta de recursos, falta de estrutura de informação ou insegurança em ingressar antes de um pronunciamento do STF, aguardaram que a Suprema Corte sinalizasse o que fazer sobre esta disputa. E a decisão foi de que a forma de cálculo exigido pela Receita Federal estava errada, que, portanto, estava ocorrendo cobrança e arrecadação irregulares e que, conforme expressa lei ordinária, as empresas têm o direito de requerer a devolução destas verbas.

Após quatro anos, depois de muito “zigue zague” jurisprudencial acerca da discussão sobre tributo poder incidir sobre tributo (“efeito cascata”) e quais os limites em nosso ordenamento, o STF fechou o tema em 2017, contudo, outros dois foram propostos, em decorrência daquele julgamento, pela União Federal, em sede de embargos: (i) a modulação de efeitos; (ii) o esclarecimento sobre qual o valor de ICMS deveria ser excluído da base do PIS e da Cofins, o valor líquido recolhido ou o valor bruto destacado na nota.

Sobre esses dois pontos, o STF decidiu, a partir do voto da relatora, Min. Carmen Lúcia, que os efeitos da declaração de inconstitucionalidade devem ser modulados. Seguida pelos Ministros Alexandre de Moraes, Luiz Roberto Barroso, Dias Toffoli, Lewandowski, Fachin, Marco Aurélio e Rosa Weber (com divergência dos Ministros Gilmar Mendes, Kassio Nunes e Luis Roberto Barroso. (Ver detalhes no quadro abaixo)

Pontos-chave

A decisão, a partir das manifestações dos ministros, contém aspectos centrais para a discussão sobre a cidadania tributária do país.

A relativização dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade (nulidade), a partir do julgamento em 2017 pelo STF, conforme proposto pela Min. Relatora Carmen Lúcia e acatado por maioria pela Corte Suprema, confere o direito aos contribuintes de excluir e restituir por integral o valor do ICMS da base do PIS e da Cofins apenas a partir de março de 2017. Contudo, em relação ao passado, apenas os contribuintes que já possuíam ação ajuizada antes do julgamento de 2017 poderão exercer o direito à restituição ou compensação de valores pagos indevidamente antes dessa data (março de 2017 para trás, relativo a pagamentos efetuados cinco anos antes do respectivo ajuizamento).

Assim, por exemplo, uma empresa que tenha ingressado com ação judicial em março de 2018, somente terá um ano a restituir (até março de 2017), não podendo retroagir a março de 2013, como aquela que, tendo ingressado, por exemplo, em fevereiro de 2017, poderá retroagir até fevereiro de 2012.

Para a maioria dos ministros, todos os contribuintes podem se beneficiar do entendimento a partir do dia 15 de março de 2017, o que reduz o impacto da decisão para a União. Isso significa que os contribuintes podem se beneficiar da decisão desta data em diante.

Essa situação tem o seguinte contrassenso: retira o direito do contribuinte que não ingressou com ação judicial justamente porque não tinha estrutura e informação adequadas (advogados, consultores etc.) ou porque, mais cauteloso, aguardou um posicionamento final do STF para não correr riscos, mediante a plêiade de ações e temas tributários que pululam o cenário jurídico do país, de perda de ações, de incorrer em custos incertos, de ônus de sucumbência, dentre outros.

Com isso, o STF vai na contramão do CNJ e dos movimentos de diminuição de litígios que hoje sabidamente afogam o próprio Poder Judiciário, na medida em que todos os contribuintes terão que ficar propondo medidas judiciais para, no mínimo e por precaução, não perderam o direito de exercitar o seu direito no futuro. A lógica é perversa à paz tributária e à boa-fé do contribuinte.

A modulação em favor da Fazenda em matéria tributária premia a irresponsabilidade do gestor público. Segundo o Ministro Fux, no julgamento em análise, o número expressivo de modulações gera estímulo a inconstitucionalidade “conveniente e útil”. Ou, nos dizeres mais agudos de Fachin, não se pode validar a “displícência” do gestor e “imputar aos contribuintes o ônus de arcar com valores que foram indevidamente arrecadados”. Contudo a Corte entendeu por bem modular, fundando-se ora em questões de interesse social excepcional, confundindo, interesse financeiro com interesse social ou público.

O fundamento jurídico invocado pela União não pode ser o interesse social, pois ele não se confunde com o interesse financeiro. Segundo Min. Fachin e Min. Rosa Weber, importante distinguir segurança financeira de segurança jurídica. O interesse social está atrelado “não à segurança orçamentária, mas à segurança jurídica, base do Estado Democrático de Direito”. Esse posicionamento deve ser mais bem examinado nas

próximas modulações, já que elas são uma tendência doravante, mesmo que com cautelas na seara fiscal tributária.

Nessa linha, ainda, o Min. Marco Aurélio ressalta que a modulação amplia muito o poder do STF e que se há manicômio tributário ele se deve à voracidade do Estado e a insegurança jurídica que o STF deve reparar. Outros passos devem e precisam ser dados neste aspecto, pois o STF deve buscar sempre a segurança jurídica do contribuinte em primeiro lugar, sobretudo se ela for qualificada porque tem como causa contribuintes de menor porte, mudança de jurisprudência ou precedentes vinculantes em repetitivo.

Preocupou, embora sem prevalecer, a tese do Ministro Gilmar, que, citando o jurista português Casalta Nabais e o espanhol Eduardo García de Enterría, postulou a “impositividade de se modular”, ou seja, que o juiz responsável não declara inconstitucionalidade para não provocar o caos. Segundo ele, essa situação não se configuraria consequencialismo judicial porque faz parte da própria força normativa da Constituição coibir o caos. A modulação compõe o próprio sistema de Estado de Direito, na versão mais em prol da segurança jurídica do que da legalidade formal. Essa posição preocupa para futuras modulações, sobretudo porque não leva em conta que o modelo europeu de sociedade e produção de leis não passa pelo teste de exame de constitucionalidade constante como o nosso – e quando passa, geralmente não é maciçamente reprovado como o nosso. Outra realidade social e normativa, outro viés interpretativo.

Nesse cenário de “caos” (Min. Gilmar) e “manicômio” (Min. Marco Aurélio), o que foi bom?

Sem dúvida, o melhor ponto foi não apenas garantir o direito à restituição aos contribuintes que ajuizaram ação antes de 2017, a partir de cinco anos antes da propositura da referida ação judicial, mas, sobretudo, que se fixou ao menos um norte em matéria de modulação de efeitos na área tributária.

Todo os ministros voltaram ao passado para fazer uma retrospectiva da força da jurisprudência e como ela estava cristalizada, restando fixado o elo entre os seguintes

aspectos: mudança de jurisprudência dominante – quebra de segurança jurídica – aplicação do art. 927, parágrafo 3º. do CPC – necessidade de modulação de efeitos.

Em outros dizeres, fixou-se que o pressuposto autorizador inarredável para a modulação é a segurança jurídica e que a quebra do fluxo jurisprudencial a afeta diretamente, sobretudo em casos de decisões em repetitivos ou repercussões gerais, que têm efeitos vinculantes.

Lembramos que a segurança jurídica em decisões de repetitivos deve ser ainda mais evidente, pois estes têm natureza de precedente vinculante decorrente de lei. A segurança jurídica decorrente de mudança jurisprudencial é segurança jurídica especial, pois não decorre apenas da lei, mas da interpretação técnica e reiterada dos tribunais sobre a lei.

Na decisão em análise, o Ministro Fachin se referiu à segurança jurídica como sinônimo da “proteção a confiança, calculabilidade e cognoscibilidade. A Min. Rosa Weber, a seu turno, pontuou, em brilhante voto, sobre o “estado de estabilidade necessária para fundar a segurança jurídica”. Adiante traz conceitos importantes como o da “probabilidade de confiança justificada”. “Sempre estive ao lado do contribuinte a probabilidade do direito alegado”, sustenta, citando, ainda, o conceito de zona de penumbra – de autoria do Prof. Luiz Guilherme Marinoni – aplicado ao campo das decisões do STJ ante o STF: “Ao decidir, o STJ agrega conteúdo à ordem jurídica vinculante, que deixa, assim, de constituir sinônimo de ordem legislada. Por consequência, a “decisão” da Corte passa a orientar a vida em sociedade e a regular os casos futuros. Se a Corte reconstrói o produto do legislativo para atribuir sentido ao direito, a igualdade, a liberdade e a segurança jurídica apenas não serão violadas se o precedente instituído for respeitado pelos juízes e tribunais inferiores. De modo que a obrigação de respeito é tão somente consequência da função contemporânea da Corte” (genjuridico.com.br15/4/19)

O pano de fundo foi a estabilidade jurisprudencial sobre o tema. O Min. Fux e a Min. Rosa Weber destacaram bem isso. “Organizou-se um quadro caótico que nos deparamos sobre a interpretações na própria seara judicial”, constatou o Min. Gilmar

Mendes. O STF agora precisa manter isso para não mudar a jurisprudência sobre a fixação de critérios para modulação de efeitos da própria jurisprudência, e não cair, assim, numa “espiral hermenêutica” condutora ao “caos e ao manicômio” que hoje, reiteradas vezes, ele próprio sustentou que estava rechaçando.

Prevaleceu o entendimento, favorável ao contribuinte, de que a base de cálculo a ser excluída a título de ICMS é efetivamente o valor bruto destacado na nota e não o valor líquido (efetivamente pago).

A decisão, mesmo a partir de março de 2017, contudo, não tem efeito “erga omnes” (a norma abstrata não foi retirada do mundo jurídico, o que demandaria resolução do Senado Federal), lembrando que não se trata de Ação Direta de Inconstitucionalidade, mas sim de decisão em sede repercussão geral, com efeito vinculante para as demais instâncias do Poder Judiciário. Portanto, cada contribuinte deve buscar, se ainda não o fez, a sua respectiva medida judicial.

Atenção deve ser dada para o voto do Min. Fux, Presidente da Corte, que pontuou que a segurança jurídica é um “fator relevante de investimento no país” e deve servir o contribuinte particular, o capital estrangeiro e o nacional.

Assiste razão a ele, senão na modulação ou assertiva sobre a falta de força global em prol de vencer a pandemia, mas com certeza na situação de o Princípio da segurança jurídica ser um fator relevante de investimento no país e, complementando, de fomento da estabilidade das decisões judiciais na vida das pessoas.

***Halley Henares Neto, presidente da ABAT – Associação Brasileira de Advocacia Tributária**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 15 a 17/05/2021	Caderno: Economia



Esqueletos, impostos e reforma

Decisão do STF sobre PIS/Cofins é mais um esqueleto bilionário que vai complicar muito a gestão das contas da União

Notas & Informações, O Estado de S.Paulo

15 de maio de 2021 | 03h00

Mais um esqueleto bilionário vai complicar a gestão, já muito difícil, das contas da União. Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pode impor ao Tesouro um custo de R\$ 258,3 bilhões, segundo estimativa provisória. Em mais uma derrota para o governo, a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins passará a valer a partir de 2017, quando essa alteração foi sacramentada pela Corte. A mudança afeta duplamente as finanças públicas. Além de reduzir a base de arrecadação do poder central, possibilita às empresas beneficiadas a cobrança de uma vultosa compensação.

Duas derrotas foram impostas ao governo. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional defendia a vigência da nova regra a partir do julgamento encerrado na última quinta-feira. Mas a alteração passa a valer a partir da decisão anterior, de 15 de março de 2017. Além disso, o governo reivindicava uma alteração mais branda, com desconto do ICMS efetivamente pago pelas empresas depois do abatimento de créditos fiscais. Mas, pela decisão do STF, deve-se descontar o ICMS destacado na nota fiscal.

Especialistas ainda poderão examinar e discutir minúcias técnicas da nova decisão do tribunal, mas o resultado mais importante desse processo é muito simples. Ao retirar o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, a Justiça extingue uma anomalia, a cobrança de tributo sobre tributo. Aberrações desse tipo deveriam ter desaparecido há muito tempo. Afinal, eliminar a tributação cumulativa foi uma das bandeiras da grande reforma posta em vigor em 1967.

Lançado naquela época, o novo tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM, depois convertido em ICMS), foi inspirado em novo modelo europeu. Em cada etapa da circulação – ao longo da transformação industrial, por exemplo – o imposto deveria incidir apenas sobre o valor adicionado, eliminando-se do valor de referência o tributo recolhido na fase anterior. O princípio deveria valer para todo o sistema, incluído o recém-criado Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cobrado e administrado pela União.

A reforma de 1967 foi enorme avanço, mas o novo sistema sempre carregou defeitos. Alguns foram reparados. Outros permaneceram. Além disso, uma falha original deu origem a muitos problemas. Na Europa, o imposto sobre valor adicionado (IVA), modelo do ICM, era cobrado pelo poder central e depois distribuído aos governos subnacionais. No Brasil, a competência estadual sobre esse tipo de imposto deu espaço a enormes distorções.

A mais notável foi a guerra fiscal, praticada por meio da concessão de benefícios para atração de empresas e de investimentos privados. Essa distorção deu origem a outras, favorecendo, por exemplo, decisões de investimento baseadas estritamente, ou quase, na expectativa de facilidades tributárias. Estados prejudicados buscaram solução no STF, mas as decisões eram demoradas ou ineficazes.

As características principais do tributo estadual foram mantidas na Constituição de 1988, com extensão da incidência a serviços (daí a alteração do nome para ICMS). Também se manteve um defeito importante: na exportação, só bens industrializados ficaram isentos – um erro enorme, especialmente num país exportador de grandes volumes de produtos agropecuários e minerais. Com demora, essa falha foi pelo menos atenuada.

O problema da tributação de exportações nunca se resolveu completamente, porque sempre sobraram créditos acumulados. Da mesma forma, problemas de incidência nos investimentos e na produção nunca foram atacados de forma satisfatória. Qualquer reforma séria levaria em conta essas questões jamais superadas – o peso dos tributos sobre a produção e sobre a formação de capital, a incidência sobre a exportação, as

complicações associadas à competência estadual, o efeito regressivo da tributação do consumo, etc. Não há como cuidar dessas questões sem pensar em todo o sistema. Esta exigência foi ignorada pelo atual governo e por seus aliados, comprometidos com uma reforma parcial, fatiada e miseravelmente ineficaz.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 15 a 17/05/2021	Caderno: Economia



O que muda com o julgamento do STF sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins?

Felipe Omori*

17 de maio de 2021 | 08h00

Felipe Omori. FOTO: DIVULGAÇÃO

Há algumas semanas os leitores, especialmente aqueles que não trabalham com Direito Tributário, devem ter percebido uma enxurrada de artigos, notícias e comentários sobre o que se tem chamado de “tese do século”, ou da “maior discussão tributária da história”.

Junto desses artigos e notícias esse leitores devem ter percebido a existência de uma série de termos jurídicos; tais como “modulação de efeitos”, “embargos de declaração”, “segurança jurídica”; “base de cálculo”; “créditos tributários”.

Mas afinal, o que está acontecendo? E o que muda na nossa vida?

Claro que, para as empresas do país e para os advogados tributaristas, há muito em jogo. Uma fortuna estimada em R\$ 250 bilhões em créditos tributários e incontáveis horas de trabalho em milhares de processos judiciais e administrativos que estão discutindo a tão falada *exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS*.

Todas essas novas notícias e comentários sobre esse assunto surgiram com a inclusão em pauta de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, no dia 29 de abril, do processo que definirá os rumos dessa discussão, que acabou adiado por duas vezes e teve julgamento final em 13 de maio.

Vamos tentar descomplicar o assunto para aqueles que, ao contrário de nós advogados, não têm perdido o sono há anos com esse assunto.

O que estão discutindo?

O ICMS é um imposto cobrado pelos Estados e Distrito Federal e incide sobre a venda de mercadorias ou prestação de serviços de telecomunicação e transporte intermunicipal ou interestadual.

Por previsão legal, o ICMS é considerado parte do preço do produto ou serviço.

A Contribuição ao PIS e a COFINS são contribuições sociais, cobradas pela União. Eles incidem sobre a receita bruta das empresas (base de cálculo), isto é, os valores recebidos por uma empresa no desempenho de suas atividades operacionais.

Os contribuintes defendem, já há mais de duas décadas, que embora o ICMS seja incluído no preço do produto ou serviço, isso não significa que ele se torne receita da empresa, porque, afinal, ele é recebido pela empresa, mas é repassado aos Estados.

Em razão disso, o ICMS não se incorporaria ao patrimônio da empresa, pois já estaria previamente destinado aos cofres estaduais.

A novela em torno dessa discussão

Nos anos 2000 o STF começava a julgar esse tema, em relação à exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS (RE 240.785/MG). O placar estava favorável aos contribuintes e a atenção dos tributaristas já começava a se voltar para esse julgamento, pois ele indicaria o entendimento do STF sobre o tema. Por uma série de questões processuais e pleitos da União, porém, o julgamento acabou se estendendo e só viria a ser finalizado em 2014.

Nesse ínterim, em 2007 iniciava-se o julgamento de outro caso sobre o mesmo tema (R\$ 574.706/PR), e para esse novo julgamento foi atribuído o caráter de repercussão geral, o que significava que a decisão tomada nesse novo julgamento, vincularia todas as demais instâncias do Poder Judiciário. Toda a atenção, assim, voltou-se para esse novo caso, no que se chama no mundo jurídico de *leading case* (caso piloto).

Também após tortuosos anos de espera, em março de 2017 o STF finalmente colocou o caso em pauta, entendendo de forma favorável aos contribuintes, e fixando a seguinte tese (tema 69 de repercussão geral): “*O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da Cofins*”.

Quase 17 anos de espera, mas enfim, tudo resolvido, certo?

Ao contrário. Aqui começaram (ou aumentaram) as complicações.

A resistência da Fazenda Nacional

Talvez em país em que o Fisco estivesse mais preocupado em observar a legalidade e a segurança jurídica, com uma visão de longo prazo, e menos com arrecadação desenfreada a todo custo, a novela do PIS/COFINS tivesse tido um final em 2017. Não foi o que aconteceu.

Após a decisão de março de 2017, a Fazenda Nacional apresentou o recurso de embargos de declaração. Esse recurso tem como principal objetivo correção de alguma omissão, contradição ou obscuridade, ou erro material que possa ter constado de uma decisão judicial.

Nos embargos apresentados pela Fazenda Nacional, porém, além de tentar rediscutir o próprio mérito, dois pedidos preocupantes foram apresentados.

O primeiro deles traz uma discussão totalmente nova e que nunca foi debatida no processo, e diz respeito à quantificação do ICMS que deveria ser excluído da base do PIS/COFINS.

O segundo é um pedido, que também não havia sido formulado em momento algum no processo, para que o STF module os efeitos de sua decisão.

Vejamos o que isso significa.

Quantificação do ICMS a ser excluído

Em linhas gerais, e a grosso modo, o ICMS é tributo não cumulativo, o que significa que os insumos adquiridos para a produção de um determinado produto ou prestação de

serviço foram tributados pelo ICMS pelo fornecedor de tais insumos. Esse ICMS recolhido pelo fornecedor gera um crédito para o adquirente, pois todo o custo desses insumos (com o ICMS embutido) vai ser considerado na formação do preço de venda do produto ou serviço final, que vai ter, por sua vez, um novo ICMS embutido nesse mesmo preço – é o que se chama de ICMS destacado nas notas fiscais, pois ele é indicado no documento fiscal no momento da venda.

Assim, o crédito dos insumos diminui o ICMS devido pela venda do produto ou serviço, para evitar um efeito cumulativo, que encareceria toda a cadeia de produção. O total do ICMS destacado pelo contribuinte nas notas fiscais pode, então, ser compensado com créditos detidos pelo contribuinte decorrentes da aquisição de seus insumos. Se não houver créditos acumulados de outros períodos, em regra haverá uma diferença de ICMS devida a ser paga pelo contribuinte. Esse é o que se chama de ICMS a recolher ou recolhido pelo contribuinte (ou seja, o ICMS líquido, após o desconto de créditos detidos pelos contribuintes).

A Fazenda Nacional alega que apenas o ICMS efetivamente pago poderia ser excluído da base do PIS/COFINS, pois somente esse montante foi destinado aos cofres dos Estados.

Os contribuintes, por sua vez, alegam que embora haja o desconto dos créditos, a receita bruta, que é a base tributada pelo PIS/COFINS, considerou o ICMS destacado nas notas fiscais, antes de qualquer abatimento, pois a receita bruta considera o preço dos produtos e serviços, nos quais o ICMS integral estava embutido.

Também sobre esse assunto, e visando diminuir o prejuízo sofrido com a derrota no julgamento do STF, a Receita Federal editou a Solução de Consulta Interna (SCI) nº 13/2018, orientando seus auditores no sentido de que se uma decisão judicial sobre essa questão não disser expressamente qual o ICMS a ser excluído, que a RFB deverá adotar a posição de que é o ICMS recolhido a ser considerado. Essa Solução de Consulta, apesar de ser uma orientação interna, afeta diretamente os contribuintes. O que mais salta aos olhos é que a RFB, enquanto órgão institucional, adotou posição sobre um pedido que sequer havia sido julgado ainda pelo STF.

Modulação de efeitos

Modular efeitos de uma decisão é o nome que se dá para a limitação temporal dos efeitos de uma decisão do STF ou STJ.

Essa limitação pode se dar em razão do interesse social ou de segurança jurídica. Ela foi concebida porque, via de regra, quando uma determinada lei é declarada inconstitucional, considera-se que ela nunca existiu, sendo necessário reestabelecer toda a situação anterior a ela. Em temas tributários, isso significa que tudo o que foi pago em razão de uma lei inconstitucional precisa ser devolvido aos contribuintes, ou aquilo que deixou de ser pago, pode vir a ser devido.

Há, também, situações em que os Tribunais adotavam um determinado entendimento, gerando uma certa expectativa da população, mas em algum momento esse entendimento se altera. Para evitar prejudicar os cidadãos que guiaram suas ações com base nessas orientações, também é possível modular os efeitos de uma decisão, por exemplo, para que ela só valha para períodos futuros.

A Fazenda requereu, nos embargos, que os efeitos da decisão do STF só passassem a valer a partir do julgamento final desses embargos, o que em tese impossibilitaria que os contribuintes recuperassem os valores pagos no passado.

Quais os reflexos desses pedidos?

Mais insegurança.

A pendência de julgamento desses embargos trouxe algumas consequências para as empresas, pois criou um clima de insegurança jurídica, especialmente com o receio de autuações por parte da RFB, que como visto acima, já adotava posicionamentos institucionais mesmo antes do STF julgar o tema.

Também trouxe diversas situações com empresas com ações já finalizadas, enquanto tantas outras acabaram tendo que aguardar o julgamento pelo STF.

O que finalmente foi decidido?

Em 13/05/2021 o STF finalizou o julgamento dos tais embargos de declaração.

Felizmente, afastou todas as alegações da Fazenda, ressaltando que todos os pontos trazidos por ela estariam expressamente tratados no primeiro julgamento e que o ICMS a ser excluído da base do PIS/COFINS é o **ICMS destacado nas notas fiscais**.

Quanto à modulação, por maioria de votos, o STF decidiu que os efeitos de sua decisão só valerão a partir de 15/03/2017, quando foi realizado o julgamento de mérito do caso e quando foi fixada a tese. O Tribunal ressaltou os contribuintes que tenham ações ajuizadas até essa data.

Na prática, isso significa que apenas é possível recuperar valores pagos a maior a título de PIS/COFINS sobre o ICMS a partir de 15/03/2017, a menos que a empresa tenha ajuizado uma ação com tal pedido antes dessa data. Há diversos outros reflexos processuais a depender do caso, o que indica que a novela ainda deve ter mais alguns capítulos.

E o que tudo isso muda para o país?

Além de afetar diretamente a arrecadação tributária do Brasil, essa tese tem outros efeitos de longo prazo, que embora sejam difíceis de quantificar ou comprovar, parecem ser um consenso no mundo jurídico.

– ***A demora no julgamento causou insegurança jurídica:*** a pendência desse caso trouxe insegurança pois deixou as empresas em suspense sobre um eventual crédito tributário, que em muitos casos já estava sendo inclusive utilizado. Esses créditos foram reconhecidos em muitos balanços de empresas, melhorando os seus resultados ao longo dos últimos anos. A decisão agora pelo ICMS destacado, mas com modulação, ainda vai exigir uma série de confirmações dos créditos e, em alguns casos, poderá gerar novas contingências.

– ***A demora no julgamento afasta investidores:*** Talvez não como um fator isolado, visto que temos muitas outras questões no país que influenciam nas decisões de investimento. Mas com certeza os valores envolvidos e o destaque midiático do caso contribuem para passar uma imagem de ambiente inóspito aos negócios.

– ***A modulação foi uma coisa boa?*** Talvez para se evitar uma perda de arrecadação no curto prazo, mas pode ter um efeito ruim a médio e longo prazo. Afastar os direitos de contribuintes que se socorreram do Judiciário (depois de 15/03/2017), inclusive aqueles que já contam com decisão final favorável, com certeza abala a confiança nas instituições e contribui para a insegurança jurídica.

A reversão de decisões favoráveis, implementadas por contribuintes que confiaram na palavra das Cortes, também tem capacidade de gerar um passivo para as empresas, além de penalidades, juros e despesas legais, aumentando o chamado custo Brasil. Isso também acaba criando uma diferenciação entre os contribuintes e pode ter efeitos ruins em termos concorrenciais, pois uma simples questão de data pode deixar contribuintes em desvantagem econômica, ao impedir que eles recebam valores pagos indevidamente, enquanto outros concorrentes que poderão recuperar períodos muito maiores.

A modulação, também, em termos educativos, tem um efeito danoso de incentivar práticas ilegais ou inconstitucionais por parte das Administrações, sabendo que a conta será paga pelos contribuintes e que, ao menos alguma parcela dessa arrecadação indevida, não será devolvida.

A nosso ver, a modulação deve sempre ser aplicada com cautela e nunca contra os contribuintes, mas sim em seu favor, para lhe evitar prejuízos e afastar um ambiente de insegurança.

Apesar de o STF ter resguardado contribuinte com ações ajuizadas até 15/03/2017, para tantos outros o Tribunal acabou validando uma dupla penalidade: uma vez ao pagar o tributo indevido e outra vez ao serem impedidos de reaver os valores.

***Felipe Omori é especialista e mestre em Direito Tributário e coordenador da equipe de contencioso judicial tributário no KLA Advogados**

Opinião do GLOBO

Elite precisa entrar na reforma administrativa

É absurdo poupar as categorias mais privilegiadas, como juízes, procuradores ou parlamentares

Deverá ser lido hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara o relatório do deputado Darci de Matos (PSD-SC) sobre o projeto de reforma administrativa encaminhado pelo governo ao Parlamento. A votação na CCJ está prevista para esta semana, em seguida deverá ser criada uma Comissão Especial para analisar a proposta.

O relatório faz apenas duas ressalvas ao texto enviado pelo governo: é contra dar ao presidente o poder de fundir ou extinguir órgãos públicos por decreto e contra proibir o acúmulo de cargos públicos com outras atividades privadas. De resto, preserva as demais mudanças. Entre as principais, estão a criação de um novo regime de trabalho com contratos por tempo indeterminado e sem estabilidade, o fim de promoções automáticas, das férias com mais de 30 dias e das aposentadorias como forma de punição.

A principal deficiência do texto é a exclusão das categorias mais privilegiadas, denominadas "membros de Poder". Trata-se da elite do funciona-

lismo, grupo que reúne juízes, procuradores e parlamentares. O argumento do Executivo para não incluí-los na reforma é que mudanças na gestão dos demais Poderes só podem partir de iniciativa deles. É um argumento que carece de lógica. É papel do Legislativo fazer e mudar as leis. Outra deficiência da proposta é conservar certas regalias em carreiras tidas como "típicas de Estado", poupar carreiras como auditores, diplomatas ou militares.

É absurdo que uma reforma cujo objetivo é tornar mais moderna a gestão do funcionalismo não encoste nas categorias mais privilegiadas. Continua a vigorar no Judiciário um sem-número de despropósitos, como férias estendidas, promoções automáticas e os proverbiais auxílios. A conta das prebendas não para de crescer para o contribuinte. Só a incorporação recente de 1.800 servidores à Receita representará um custo adicional de quase R\$ 2,8 bilhões aos cofres públicos este ano.

Entre 2008 e 2019, enquanto a quantidade de funcionários federais cresceu 11%, os gastos com eles subiram 125%. O Brasil gasta quase 14% do PIB no pa-

gamento do funcionalismo, a sétima maior proporção numa amostra de 80 países, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A média salarial no setor público é 240% superior à do setor privado, e os salários médios iniciais das funções de nível superior equivalem a aproximadamente o quádruplo dos pagos em empresas. Dois terços dos funcionários públicos federais estão entre os 10% com maior renda no Brasil.

Há 440 rubricas salariais distintas para mais de 22 mil cargos e funções distintos. Sem falar no ambiente em que a meritocracia é a exceção, e a estabilidade, a regra. Para além do custo, é essencial entender que o objetivo central da reforma é aperfeiçoar a gestão do Estado, de modo a garantir melhores serviços aos cidadãos.

Para isso, é preciso que seja implantada uma reforma administrativa para valer, que inclua as categorias detentoras dos maiores privilégios e protagonistas das maiores distorções — não uma que valha apenas para os funcionários menos influentes do setor público.

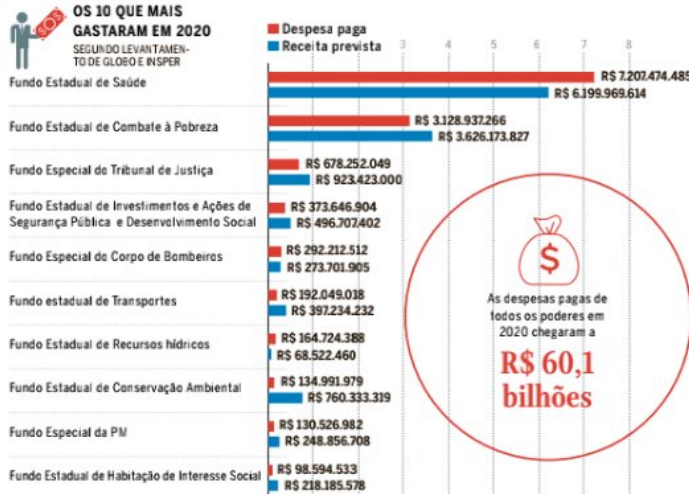
SELMA SCHMIDT
selma@globo.com.br

ALVOS DE COBIÇA

Estado quer incorporar dinheiro de fundos do Executivo ao caixa do Tesouro

ABRINDO A CAIXA-PRETA

Os 36 fundos estaduais tiveram despesas de R\$ 12,8 bilhões em 2020, incluindo restos a pagar de anos anteriores



OS 10 COM MAIS RECURSOS EM CAIXA*

SEGUNDO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES



*Dados do Fecam e do Fundo de Combate à Pobreza não foram fornecidos. Fontes: Portal de Transparência do Estado, Saite-Rio e dados obtidos por Lei de Acesso

Editoria de Arte

Cada um quer ter um fundo para chamar de seu no estado: registradores, PM, Tribunal de Justiça, Procuradoria-Geral, Defensoria, Fazenda, Saúde, Bombeiros... Eles são ainda sonho de consumo de governadores. Afinal, concentram muito dinheiro, cuja destinação foge das rédeas do chefe do Executivo. Todos são regulados por lei própria. Mas, diante da intenção do governo de aderir ao novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), a Secretaria de Fazenda decidiu incluir "a incorporação dos fundos do Poder Executivo à conta única do Tesouro" nos cálculos que projetam o impacto econômico-financeiro de medidas de ajuste que deverão ser implementadas. Para desvincular seus recursos, porém, terá que aprovar lei. E, com o objetivo de facilitar a tramitação, deixará de fora os fundos do Judiciário e do Legislativo.

Levantamento feito pelo GLOBO e pelo economista André Luiz Marques, do Inspec, no portal de Transparência do governo e no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil (Siafe-Rio) revela números mantidos sob reserva. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm 36 fundos ativos, sem contabilizar os da Previdência, os usados apenas para quitar restos a pagar de anos anteriores e os em duplicata. Em 2020, eles arcaram com despesas que somam R\$ 12,8 bilhões, como o pagamento de benefícios a funcionários, compras, serviços, obras e dívidas passadas. Valor que corresponde a 20% dos gastos dos três poderes no ano passado (R\$ 60,1 bilhões). Para se ter uma ideia, com os R\$ 12,8 bilhões seria possível quitar salários e encargos de todos os servidores do Executivo por quase seis meses.

Do total de despesas pagas, perto de R\$ 800 milhões foram do Judiciário e do Legislativo. Os outros R\$ 12 bilhões saíram de fundos do Executivo.

Um requerimento à Secretaria de Fazenda, com base na Lei de Acesso à Informação, dá ainda a dimensão de quanto muitos desses fundos têm no cofre. Trinta deles fecharam 2020 com R\$ 4,96 bilhões em caixa, dos quais R\$ 2,56 bilhões são do Executivo. E aí não estão incluídos o Fecam (de Conservação Ambiental) e o FECP (de Combate à Pobreza), cujos dados não foram fornecidos.

DISTORÇÕES

Mas, em meio a endinheirados, dos 41 fundos que constam do requerimento de informações, 11 estavam com o caixa zerado no fim do ano passado. É caso dos do Trabalho, de Apoio a Programas de Defesa do Consumidor e o de Fomento à Economia Popular Solidária. O destinado a idosos tinha pouco mais de R\$ 154.

Em relação a despesas, as distorções também são cla-

ros. O levantamento do GLOBO mostra que os fundos da Terra (Funterj); para a Ciência (Funcierj); e para Fomento à Economia Solidária (Fefeps), por exemplo, nada gastaram no ano passado. O de Apoio aos Registradores Civis de Pessoas Naturais (Funarpen), criado em 2012, é constituído por 4% dos emolumentos cobrados em cartórios: sua receita estimada foi de R\$ 49 milhões, e os gastos, de R\$ 41 milhões.

—Os fundos, quando criados, tinham objetivos específicos e nobres. Mas foram baseados em premissas que não se confirmaram na prática, pois temos fundos com caixa zero,

e outros com centenas de milhões sem uso. Precisam urgentemente ser revistos, para avaliar se ainda fazem sentido e focar os recursos onde realmente são necessários, ainda mais neste momento crítico de problemas fiscais que o estado passa — diz Marques.

Diferenças à parte, os fundos movimentam tanto dinheiro que enchem olhos. Para este ano, a receita prevista do conjunto de 36 fundos pesquisados é de R\$ 12,64 bilhões. Um pouco inferior à dotação inicial de 2020 (R\$ 14 bilhões).

Entre os fundos bem servidos de recursos, difícil é conseguir que detentores de di-

reitos abram mão mesmo que de uma fatia. Em março, uma proposta de emenda constitucional (PEC), do presidente da Assembleia Legislativa, André Ceciliano (PT), foi aprovada, mas com prazo de encerramento marcado: até o fim deste ano, o estado poderá desvincular 30% do Fundo de Combate à Pobreza (o FECP) e do Fecam para arcar com o auxílio emergencial para pessoas em situação de vulnerabilidade social. A ajuda ainda não começou a ser paga.

— Calculei que o FECP possa arrecadar R\$ 5,5 bilhões, e o Fecam, entre R\$ 950 mil e R\$ 1 bilhão este ano — avalia Ceciliano.

O FECP é o segundo em arrecadação, só perdendo para o Fundo Estadual de Saúde (FES). Em 2020, sua receita inicial era estimada em R\$ 3,6 bilhões, mas alcançou R\$ 4,91 bilhão. Ele foi também o segundo que mais gastou: R\$ 3,1 bilhões. O estado conseguiu desvincular 30% do FECP no ano passado, se valendo de uma PEC federal de 2016. E boa parte dos mais de R\$ 3 bilhões que restaram foi usado para pagamento de salários e encargos.

Já o Fecam, pela arrecadação inicial, deveria arrecadar mais de R\$ 760 milhões em 2020. Suas despesas pagas, porém, foram de cerca de R\$

134 milhões, incluindo contas de anos anteriores. Ou seja, boa parte do dinheiro que arrecadou não foi usada.

Tribunal de Justiça, Escola de Magistratura, TCE, Defensoria e Ministério Público têm seus fundos especiais. No Executivo, além da Fazenda, também se valem do mecanismo Procuradoria-Geral, PM, Bombeiros, Polícia Civil e Acadepol, entre outros órgãos. Sem falar na Saúde, no Sistema Penitenciário e na Cultura. Já o Fundo do Depósito Público teve uma dotação inicial de 105 mil, mas nenhuma retirada em 2020.

ADESAO AO NOVO REGIME

Até o fim deste mês, o Estado pretende encaminhar ao governo federal o pedido de adesão ao novo RRF, para garantir que o pagamento integral do serviço de sua dívida pública (juros e amortizações) seja postergado. Enquanto isso, faz contas, para definir as medidas de ajuste a serem adotadas, como a desvinculação dos fundos do Executivo.

Especialista em contas públicas, o economista Paulo Tafner afirma que os fundos são bons para seus gestores e para quem usufrui das verbas, mas não para o governo.

—Os recursos são carimbados e não podem ser usados pelos governantes, mesmo que diante de necessidades graves. Eles enrijecem o orçamento público, e algumas vezes, são usados para dar mordomia a servidor — opina.

O economista Claudio Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria, concorda e acrescenta:

—Os fundos são uma distorção e fogem do escrutínio público. São pouco transparentes.

Segundo o MPRJ, seu fundo complementa recursos para "o aparelhamento e à modernização da instituição, especialmente na área tecnológica". O TCE diz que o fundo do órgão é usado sobretudo na área de tecnologia da informação.

O Tribunal de Justiça afirma que o Fundo Especial do TJ é destinado a pagamento "das despesas de manutenção e operação do Poder Judiciário", e suas receitas são de "taxas, custas e emolumentos judiciais e 20% sobre todos os atos extrajudiciais". O Fundo Especial da Escola da Magistratura é, segundo o TJ, usado no "pagamento das despesas de custeio e investimento da escola", possuindo receita própria de inscrições e mensalidades.

A Fazenda informa que o Fundo de Administração Fazendária (FAF) é constituído por parcelas do ICMS e de multas, e outros tributos administrados pelo órgão. Segundo a pasta, em 2020 seus recursos foram gastos com equipamentos, material permanente e pessoal.

O fundo da Defensoria é composto por 5% das custas extrajudiciais (de cartórios). Sua finalidade, diz o órgão, é complementar os recursos de custeio e investimento, sendo "vedada a aplicação das receitas do Fundperj em despesas com pessoal".

As secretarias de Meio Ambiente, PM, Administração Penitenciária e Defesa Civil não responderam ao GLOBO.

"Os fundos são uma distorção e fogem do escrutínio público. São pouco transparentes"

Claudio Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria

"Os recursos (dos fundos) são carimbados e não podem ser usados pelos governantes, mesmo que diante de necessidades graves"

Paulo Tafner, economista

"Eles (os fundos) precisam urgentemente ser revistos, para avaliar se ainda fazem sentido e, assim, focar os recursos onde realmente eles são necessários"

André Luiz Marques, economista do Inspec



Expansão na crise. Colheita de soja no Oeste da Bahia: com alta demanda chinesa, exportações do grão atingiram US\$ 13,4 bi de janeiro a abril deste ano, alta de 22,4% ante o mesmo período de 2020

SAÍDA PELO BÁSICO

Agronegócio e mineração ganham peso no PIB com exportação e investimento

HENRIQUE GOMES BATISTA E
ELIANE OLIVEIRA
economiaglobo.com.br
@HENRIQUEBATISTA

O agronegócio e a mineração, setores da economia considerados primários, ganham força no país em meio à crise econômica provocada pela pandemia. Turbinados pelo câmbio favorável e pela alta da demanda por commodities nos países que se recuperaram do baque da Covid-19, sobretudo a China, os dois segmentos aumentam seu peso no Produto Interno Bruto (PIB). As evidências disso aparecem na forte alta das exportações, no pagamento de impostos, nos balanços financeiros das companhias do setor e na atração de investimentos.

Isso acontece em um momento de dificuldades para a indústria e os serviços, mais afetados pelas restrições sanitárias. O aumento do peso do setor primário é ruim para o país? Não necessariamente, dizem os economistas.

Se esses setores já foram tratados como básicos, com pouca capacidade de gerar emprego, tecnologia e oportunidades de desenvolvimento, essa realidade está mudando. Especialistas lembram que há muito mais tecnologia no campo e nas minas, aumentando o valor agregado do que produzem e gerando benefícios econômicos em outras áreas.

—É cada vez mais tênue a linha entre o setor primário e a indústria e os serviços. Novas tecnologias ampliam impactos econômicos do agro e da mineração — diz o economista Rafael Cagnin, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Cláudio Considera, pesquisador do Ibr/FGV e responsável pelo Monitor do PIB, diz que o peso da agropecuária na economia passou de 6,8%, no primeiro trimestre de 2016, para 12,6% em igual período deste ano. Já a participação do extrativismo



Disparada. Principal matéria-prima do aço, minério em alta beneficia a Vale

mineral na economia passou de 0,9% para 3,5% do PIB na mesma comparação.

AGRO É UM QUARTO DO PIB
Com metodologia mais abrangente, que inclui as cadeias de insumos, serviços e a indústria ligada aos produtos do campo, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq (USP) estima que o agronegócio respondeu por 26,6% do PIB do país no ano passado — o maior patamar desde 2004. E este percentual deve crescer em 2021. Para se ter uma ideia do salto, em 2014 o setor representava 18,7% da economia.

—Em 2020, vimos o maior salto da participação do agro na série, de 20,5% do PIB, em 2019, para 26,6% — diz Nicole Rennó Castro, pesquisadora da Cepea-Esalq. — Em 2021, a participação do agronegócio no PIB deve avançar mais um pouco, não no mesmo ritmo do ano passado, tanto pela produção quanto pelo preço.

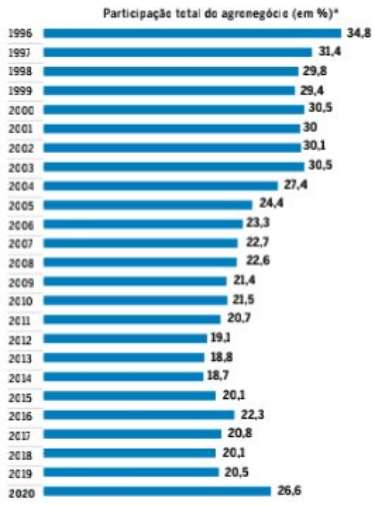
Dados do Banco Central

“Agropecuária e mineração podem se tornar um eixo para o crescimento da indústria do país. Não há uma dicotomia”

Rafael Cagnin, economista

RIQUEZA PRIMÁRIA

O agronegócio voltou a ganhar espaço no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro



O minério de ferro voltou ao topo da pauta de exportações do país e aumentou a arrecadação do governo

Recolhimento de tributos pelo setor de mineração (incluindo royalties)



Fatia do setor extrativo mineral no PIB

1º tri de 2016	0,9%
1º tri de 2021	3,5%

Investimentos em mineração

2017-2021	US\$ 18 bilhões
2021-2025	US\$ 38 bilhões

Exportações de minérios

2020	US\$ 37 bilhões
1º trimestre de 2021	US\$ 12,13 bilhões

*inclui agropecuária, insumos, indústria baseada em agropecuária e serviços. Fontes: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) e o Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP); Cepea-Esalq/USP e Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

agregado e difunde os ganhos econômicos para todo o país — diz o economista. — Agropecuária e mineração podem se tornar um eixo para o crescimento da indústria do país. Não há uma dicotomia, há uma convergência. Somente nos três primeiros

meses de 2021, os impostos decorrentes da mineração cresceram 101%, um indicativo de aceleração do setor, após alta de 36% em 2020. O minério de ferro voltará ao topo da pauta de exportações do país este ano, retomando o lugar perdido para a soja em

2015, prevê José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB):

— Até abril, a soja ainda esteve à frente, mas quando acabar o embarque, o minério a ultrapassará.

VENDAS E DÓLAR EM ALTA

De janeiro a abril, as exportações de soja atingiram US\$ 13,4 bilhões, alta de 22,4%. No mesmo período, as de minério de ferro somaram US\$ 12,6 bilhões, valor 103,6% superior ao registrado nos quatro primeiros meses de 2020. A bonança estimulou a recente abertura de capital da CSN Mineração, com ganho líquido de R\$ 2,5 bilhões para a siderúrgica, e se refletiu no lucro de US\$ 5,5 bilhões da Vale no primeiro trimestre, alta de mais de 2.000%. A alta das ações consolidou a mineradora como a empresa mais valiosa da América Latina.

Os investimentos do setor mineral devem crescer 110% entre 2021 e 2025, na comparação com o ciclo 2017-2020. Estimulam os projetos o alto potencial, já que apenas 3% do território do país foram mapeados.

— A mineração brasileira passa por mais um de seus ciclos positivos, o que é bom para incrementar seus esforços voltados a aperfeiçoar indicadores de sustentabilidade e de segurança — afirma Flávio Ottoni Penido, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Coordenador do Núcleo Econômico da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), Renato Conchon, destaca que, enquanto o PIB do Brasil encolheu 1,2% na última década, com uma queda na indústria de 12,8%, a atividade agropecuária expandiu 25,4%.

— O setor agropecuário vem dando bons resultados e a expectativa é que isso continue. O Brasil fez investimentos tecnológicos para aumentar a produtividade no campo, o que avança a produção — disse o coordenador da CNA.

RISCOS AMBIENTAIS

Desafios climáticos e ambientais estão entre os principais riscos, vide a seca mais severa no Centro-Sul do país este ano e os desastres recentes com barragens da Vale. A resposta a essas vulnerabilidades, por outro lado, passa por mais investimentos em tecnologia, o que gera oportunidades, principalmente no setor de serviços.

Incidentes diplomáticos com a China e eventuais boicotes movidos pelo descontentamento internacional com a gestão do meio ambiente no Brasil também podem atrapalhar.

Sem esses obstáculos, José Carlos O’Farrill Vannini Hausknecht, sócio da MB Agro Consultoria, prevê ao menos três boas safras para o setor, devido à retomada econômica e a fenômenos como a segunda onda da peste suína, que ameaça o plantel chinês, com dólar alto:

— Talvez não seja um ciclo tão longo como nos anos 2000, mas com uma situação inédita: agora, por questões fiscais e políticas, a entrada extra de dólares não está derrubando as cotações. Há preços elevados, safra grande e dólar valorizado. A rentabilidade dos produtores está em patamar elevadíssimo.

Derrota da União no STF reforça necessidade de reforma tributária

Aberração no sistema de impostos levará o Tesouro a ter de pagar bilhões a contribuintes

A derrota imposta pelo Supremo ao governo federal, ao retroagir a 2017 a retirada do ICMS da base de cálculo do PIS-Cofins, representa não só uma perda bilionária para o Tesouro, que terá de ressarcir contribuintes, como atesta a urgência da reforma tributária. É prova eloquente da necessidade de simplificar um sistema que permite esse tipo de confusão.

O voto vencedor, da ministra Cármen Lúcia, estabeleceu 15 de março de 2017 como marco para os pedidos de devolução do imposto pago a mais, porque foi a data da decisão do Supremo contra a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS-Cofins. Isso evitou o cenário catastrófico pintado pela Receita Federal, que previa devolução de R\$ 258 bilhões.

Inevitável mesmo foi expor mais uma aberração do sistema de impostos — e, em consequência, a urgência da reforma tributária, paralisada pela extinção da Comissão Mista no Congresso depois da publicação do relató-

rio que previa a unificação de cinco impostos (ICMS, PIS, Cofins, IPI e ISS).

O texto foi abandonado em troca de uma reforma fatiada, defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Um erro. O projeto era amplo e ambicioso, como necessário. O governo fala agora em aprovar quatro propostas em separado, duas na Câmara, duas no Senado: unificação de PIS e Cofins, transformação do IPI num imposto seletivo para bens que causem danos (como cigarro ou álcool), mudança no imposto de renda e criação de um “passaporte tributário” para renegociação com devedores, um novo Refis. O governo também não esqueceu a ideia esdrúxula de ressuscitar a CPMF por meio de um “imposto digital”, de modo a compensar a arrecadação por cortes nos encargos sobre a folha de pagamentos. Trata-se de um programa gradual, com foco definido pela necessidade do governo, não do setor produtivo.

Ao optar pelo fatiamento, o governo quer evitar a resistência de governadores e prefeitos, daí a primeira parte da proposta, já enviada ao Congresso,

ser a fusão dos impostos federais PIS e Cofins para criar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A inclusão do ICMS (estadual) seria facultativa. Como não é possível reformar tributos sem resistências, segmentos do setor de serviços reclamam da alíquota de 12%. O governo também não quer contribuir para um fundo regional, exigência de estados mais pobres.

Na verdade, o Executivo ignorou as negociações feitas com secretários estaduais da Fazenda que resultaram na proposta da Comissão Mista. Muitas arestas políticas já foram aparadas, mas Guedes preferiu voltar à estaca zero. Ainda há tempo para algo avançar nos próximos meses. Mesmo assim, é improvável que, num ano de pandemia sucedido por outro eleitoral, seja possível aprovar qualquer proposta de impacto, como a engavetada. É grande a possibilidade de fatias da nova reforma ficarem pelo caminho, sem que o restante favoreça o contribuinte. Para evitar mais uma oportunidade perdida, o Congresso deveria aproveitar o texto já pronto.

'Falso cônsul' preso buscou aproximação com Judiciário

PF vê tentativa de 'tráfico de influência' em ação de empresário, que pagou viagem para assessor do STF, mas perdeu processo

AGUIRRE TALENTO
atalento@estglobo.com.br
BRASILIA

Adailton Maturino dos Santos era presença frequente em eventos sociais do meio jurídico de Brasília. Apresentava-se como empresário da Bahia em busca de contatos na capital e potencial contratante de advogados que cobram honorários milionários. Também se dizia cônsul da Guiné-Bissau, cargo nunca reconhecido pelas autoridades brasileiras. Maturino já tinha relações estreitas com a cúpula do Judiciário baiano há alguns anos e, depois disso, buscou uma aproximação com os tribunais superiores de Brasília.

Sua estratégia de se aproximar de pessoas com acesso ao Supremo Tribunal Federal (STF) foi detectada pela Polícia Federal nas investigações da Operação Faroeste, que resultaram na prisão de Maturino em novembro de 2019 sob acusação de corrupção



Estratégia. Adailton Maturino buscou rede de contatos na Bahia e em Brasília

no Tribunal de Justiça da Bahia. Em um relatório sigiloso de fevereiro, a PF apontou tentativas de "tráfico de influência" de Maturino junto aos tribunais de Brasília: "Suspeita-se da possibilidade de atuação nos bastidores de outros advogados, inclusive numa tentativa de lobby (tráfico de influência) junto às respeitadas cortes".

O empresário, vestido com

ternos bem cortados de diferentes cores e um largo sorriso em todas as fotos sociais, levava uma vida de luxo e usava isso para fazer novos amigos. Tinha uma agência de turismo de Salvador à sua disposição e, em pouco mais de um ano, gastou cerca de R\$ 1 milhão na compra de passagens aéreas para terceiros, incluindo pessoas ligadas ao Judiciário, como um

desembargador da Bahia e advogados. A PF obteve a lista dos voos com o dono da agência de turismo.

A ofensiva em Brasília coincidiu com uma disputa judicial milionária que ele travava no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no STF envolvendo a posse de terras no oeste da Bahia. Essa disputa envolvia pagamentos de propina a juízes e desembargadores baianos, segundo as investigações da Operação Faroeste, conduzida pela PF e pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Antes de ser preso, Maturino buscou interlocutores influentes em Brasília e frequentou cerimônias de posse nos tribunais superiores. Contratou um ex-assessor do STF para atuar nos processos, com honorários estipulados em R\$ 20 milhões em caso de êxito. Para a PF, isso demonstrava "alta penetrabilidade no mais alto extrato do Judiciário". A estratégia não pros-

perou: ele perdeu os processos e acabou preso.

Um dos agraciados com as passagens aéreas foi o general Ajax Porto Pinheiro, que era assessor da Presidência do STF durante a gestão do ministro Dias Toffoli. Pinheiro ganhou passagens para ir a Salvador no feriado de 1º de maio de 2019 e retornar a Brasília no dia 4. O custo, bancado por Maturino, foi de R\$ 5.038. Ao GLOBO, ele afirmou ter uma relação antiga de amizade com a família de Maturino e disse que ofereceu repor o valor das passagens, o que não foi aceito.

— Conheço o Adailton e família de período anterior à ida para a assessoria do STF. Nossos filhos foram e são amigos e nunca omiti tal fato — afirmou o general.

Ele disse que Maturino nunca abordou os processos de seu interesse nem fez pedidos indevidos.

Na véspera da viagem, em 30 de abril, o grupo de Maturino protocolou no CNJ um

pedido a Toffoli para reverter uma decisão sobre posse de terras no oeste da Bahia que prejudicava seus interesses. A tentativa foi em vão: Toffoli e o CNJ mantiveram a posição.

Maturino também pagou, em novembro de 2019, um voo de Brasília a São Paulo para a advogada Anna Carolina Noronha, filha do então presidente do STJ, João Otávio de Noronha. Procurada, a advogada afirmou que foi contratada pelo filho de Maturino, Adriel Brendown, que é advogado, para atuar em parceria em um processo no STJ, envolvendo o litígio entre duas empresas da Bahia, e viajou para uma reunião.

A defesa de Maturino afirmou que as passagens pagas "não envolvem motivos escusos". Reitera, por exemplo, que Anna Carolina Noronha viajou para uma reunião de discussão de processos, nos quais atuaram com procuração e peças produzidas nos autos. Sobre o contrato de um advogado que é ex-assessor do STF, afirmou que "todos os contratos celebrados com advogados foram regularmente aperfeiçoados com pessoas que não possuíam nenhum impedimento na época da sua contratação".

MÍRIAM
LEITÃOblogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
miriam.leitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

momento não se deveria abrir a investigação. Errado. É exatamente quando se pode influenciar na realidade, e tentar mudá-la, que faz sentido ter uma Comissão Parlamentar. Depois que tudo for apenas passado, o que se poderá fazer a não ser a arqueologia das nossas dores? O Senado em boa hora está investigando, interrogando, procurando as informações que podem mudar o presente. É tenso? Claro que é, mas este é o momento. Não poderia tardar mais.

As informações trazidas à tona foram valiosas porque descortinaram a cena brasileira. O governo ignorou a oferta das vacinas. Agora se sabe que um milhão e meio poderiam ter chegado em dezembro e três milhões no primeiro trimestre. Apenas da Pfizer. Vivemos com a dor do "quem sabe", como diria o deputado Alencar Furtado. Quem sabe as vidas que poderíamos ter salvado, se a imunização tivesse começado em dezembro? E não tardou mais graças ao governo de São Paulo. A primeira vacina a chegar no braço da brasileira Monica Calazans foi a coronavac, produzida no Butantan por insistência do governo paulista. O presidente Jair Bolsonaro era contra. Tentou disseminar mentiras sobre o imunizante, revogou o contrato assinado pelo submisso general Pazuella, brigou com a China.

Os militares e os economistas do governo

saem mal desta pandemia e desta CPI. Por dever de ofício, nas duas profissões é necessário ter visão estratégica. Não tiveram. A elite militar fez uma aposta de alto risco na simbiose com o governo Bolsonaro. Agora, um general da ativa tem medo de ir à CPI e ser preso por falar mentira. E recorreu ao STF para esconder o que sabe, o mesmo Supremo que os filhos e seguidores do presidente gostariam de fechar. Treinados em cursos de estratégia, os generais não perceberam o óbvio. Era fácil ver. A missão das Forças Armadas é manter o país unido. Bolsonaro sempre apostou no conflito e na divisão.

O Ministério da Economia não viu a dimensão do evento que alterava rigorosamente tudo no cenário econômico por dois anos. O primeiro erro foi, no início da pandemia, não levar a sério as projeções de casos e de mortes, como revelou o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta. Houve quem na área econômica fizesse projeções coincidentes com as do Ministério da Saúde daquela época. Contudo, a avaliação que prevaleceu, até pela posição do ministro Paulo Guedes, foi a que subesti-

mava a duração e a profundidade da pandemia. Com o cenário errado, foram tomadas decisões erradas. Uma delas foi ignorar por meses a carta da Pfizer, dirigida também a Paulo Guedes. No final do ano, os cenaristas da Economia olhavam o indicador de distanciamento social caindo e achavam que isso levaria ao retorno da atividade econômica. Na verdade, a queda das medidas protetivas produziu um aumento do contágio. Mesmo quando os números de casos e mortes voltaram a subir os economistas do governo insistiam nas previsões equivocadas.

A CPI também mostrou que Bolsonaro governa com um gabinete clandestino no qual se misturam filhos, amigos dos filhos, pessoas estranhas ao serviço público. É completamente irregular do ponto de vista institucional que uma autoridade municipal, no caso o vereador Carlos Bolsonaro, tenha poderes na administração federal. Um governo nas sombras não é auditável e não está sob a supervisão de órgãos de controle. O que foi dito até agora trouxe muitas informações, mas o silêncio do general também será revelador. Pazuella não pode contar o que sabe sem se incriminar. Que espanto.

Nas próximas duas semanas estarei de férias. Nos dias desta coluna — terças, quintas e domingos — o espaço será ocupado por informações e análises de Alvaro Gribel.

Revelações das falas e do silêncio

Dois semanas de CPI e o Brasil já sabe: um general da ativa quer esconder a verdade do país, o presidente governa com uma estrutura clandestina, o ministro da Economia não percebeu um fato que mudou totalmente o cenário econômico, o ex-secretário de comunicação do Planalto desconhece o impacto da fala do presidente, o governo desprezou vacinas que poderiam ter salvado vidas de milhares de brasileiros. O que se confirmou, e que sabíamos antes, é que o governo é parte fundamental da tragédia que infelicitou o Brasil.

A CPI provou que esta era a hora de a CPI funcionar. Houve quem dissesse que neste

À CPI, Economia diz que não previu pandemia em 2021

Essa foi a justificativa dada, em ofício, para a não alocação de recursos específicos no Orçamento para o combate à pandemia

ANDRÉ DE SOUZA, DIMITRIUS
DANTAS E JULIA LINDNER
opais@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Um ofício do Ministério da Economia, encaminhado à CPI da Covid, aponta que não alocou recursos orçamentários para o combate à Covid-19 em 2021 porque o governo federal subestimou o impacto da doença neste ano. Segundo o documento, a previsão de alocação de valores tornou-se incerta porque no mo-

mento da elaboração do Orçamento não se vislumbrou a continuidade ou o crescimento da pandemia no patamar atingido em 2021.

No documento, o ministério explicou que o governo optou por continuar utilizando créditos extraordinários, destinados a gastos imprevisíveis, em 2021, em razão da incerteza da pandemia. Segundo a pasta, a doença se tornou um fenômeno imprevisível, sobre o qual pesam um grande nú-

mero de variáveis, como as diferenças entre as regiões do país.

“É fundamentalmente por esse motivo que as dotações específicas para o combate à pandemia foram, ao menos em regra, veiculadas por créditos extraordinários”, analisou a equipe técnica da Secretaria de Orçamento.

Créditos extraordinários são aqueles realizados pelo governo para lidar com gastos urgentes e imprevisí-

veis, como foi o caso do coronavírus em 2020, visto que a chegada da pandemia não poderia estar presente no Orçamento. Senadores questionam, entretanto, porque os valores não foram previstos para 2021, quando a doença já estava no país há nove meses.

O Ministério da Economia justificou que essa estratégia permite que os gastos com a Covid-19 sejam analisados separadamente e não sejam incluídos em

gastos orçamentários mais gerais. Além disso, de acordo com a pasta, foram alocados ao Orçamento da União créditos e emendas parlamentares que, somados, chegam a R\$ 86,5 bilhões. Os valores, segundo o ministério, serão destinados ao combate à pandemia.

Um dia após a instalação da CPI da Covid, no fim de abril, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já tinha admitido que contava com o fim da pandemia em

2021, e disse que “erros foram cometidos por todos os lados”.

— Todo mundo achou que a pandemia estava indo embora. Não adianta atacar só o governo federal. Estamos juntos nessa batalha. Não é hora de jogar pedra nos outros — disse na ocasião.

Em outubro de 2020, Guedes afirmou, em audiência no Senado, que a pandemia estava caindo e que a economia estava se recuperando.

— A doença está descendo, a economia está voltando, está voltando em V. A criação de empregos está se dando em ritmo bastante impressionante — disse Guedes na ocasião.

VILMA
PINTOoglobo.com.br/economia
economista@oglobo.com.br
Com Mathus Rosa

ICMS fora do PIS/Cofins

Em 2017, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) removeu da base de cálculo das contribuições federais (PIS e Cofins) o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), depois de trâmite jurídico que durou mais de 20 anos. Já nesta semana, o plenário do STF decidiu que seus efeitos são válidos a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a decisão de 2017. A decisão, por sua vez, impacta negativamente as já combatidas contas públicas.

Para entender a decisão, antes a alíquota

de cobrança das contribuições para o PIS/Cofins levava em conta o valor do produto considerando o ICMS. Isso foi considerado injusto, por fazer o contribuinte pagar tributo sobre tributo. A União recorreu da decisão do STF, objetivando, com isso, confirmar qual metodologia de cálculo do ICMS seria removida na cobrança do PIS/Cofins. Era intenção da União, também, modular a medida, para minimizar seus impactos nos cofres públicos.

Para entender o que significa essa modulação: quando a decisão do STF foi tomada, diversas empresas que entraram com ação judicial contra a União em processos ligados à retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins receberiam créditos tributários, que podem ser utilizados para compensação tributária, ou seja, as empresas podem usar valores pagos anteriormente para quitar débitos e obrigações atuais. Os créditos dariam conta de valores da data entrada com a ação e cinco anos anteriores. A modulação mitigaria essa geração de crédito tributário, porque, caso não houvesse modulação, o impacto nas contas públicas seria de R\$ 258 bilhões, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Na decisão do STF esta semana, o governo conseguiu apenas parte de seus objetivos. As empresas que entraram com ações judi-

ciais depois da decisão do Supremo não têm mais o direito a esses créditos tributários retroativos de cinco anos, mas apenas até 2017, quando ocorreu a decisão. Porém, um número menor de empresas, que entraram com ação antes de 2017, continuou recebendo o crédito tributário. Essas companhias são, em geral, grandes empresas, que poderão, assim, economizar com pagamen-

O volume financeiro em disputas judiciais entre contribuintes e a União supera 75% do PIB. Uma reforma tributária poderia diminuir esse tipo de conflito

to de tributos ao usar esse estoque de créditos tributários. A modulação aprovada pelo STF foi importante para permitir que o impacto nas contas do governo fosse superior. Isso se torna especialmente importante num período em que ainda convivemos com déficit primário e que, embora a arrecadação tenha apresentado crescimento no primeiro trimestre, ainda está sujeita ao ritmo incerto da atividade econômica, por causa da pandemia. No entanto, a decisão do Supremo ainda deve gerar impactos para os cofres públicos, que já têm sofrido impacto do crescimento no volume de compensações tributárias decorrentes de ações judiciais. Segundo a Receita Federal, influenciado por ações liga-

das à remoção do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, os contribuintes usaram R\$ 63 bilhões em créditos tributários advindos de ações judiciais para reduzir o pagamento de tributos à União, 174% a mais que em 2019. Para que se tenha uma dimensão, esse valor é superior à arrecadação anual com o Imposto de Renda de Pessoa Física.

As discussões jurídicas envolvendo a tributação no país geram risco considerável à União. Segundo o Insper, o contencioso tributário brasileiro — o volume financeiro envolvido em disputas judiciais entre contribuintes e União — supera 75% do PIB. Por trás disso, está a complexidade do sistema tributário vigente em nosso país, que permite que tais questões sejam suscitadas.

Entre os muitos benefícios de uma reforma tributária, é esperado que traga como resultado a diminuição desse tipo de conflito. À parte o mérito jurídico da questão, muitas grandes empresas poderão pagar menos tributos, em meio a uma pandemia, por uma decisão judicial referente a uma ação do século passado, o que mostra o quanto esse tipo de contencioso expõe a União a riscos. Além disso, o volume elevado de contenciosos pode também sinalizar que o sistema atual tem permitido que injustiças ocorram na cobrança de tributos no país.